



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 703 - DE 3 A 16 DE DEZEMBRO DE 2023 - R\$ 5,00

**Henry Kissinger serviu às
forças da barbárie imperialista**

**A crise mundial marcha
em linha ascendente**

**As condições objetivas para a
retomada das revoluções proletárias
estão mais do que maduras**

**QUE O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL PARE
DE BOMBARDEAR E SE RETIRE
IMEDIATAMENTE DA FAIXA DE GAZA!**

**PELO FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA!
POR UMA PAZ SEM ANEXAÇÃO!**

**Lula governa subordinado à direita burguesa
PÔR EM PÉ UMA OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA
AO GOVERNO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES**



**Realizada a reunião do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)**

Henry Kissinger serviu às forças da barbárie imperialista

As condições objetivas para a retomada das revoluções proletárias estão dadas

A morte de Kissinger aos 100 anos trouxe à luz do dia grandes acontecimentos do passado que condicionam e evidenciam, em boa medida, as raízes do agravamento da crise mundial, das recentes guerras e da retomada do impulso das tendências bélicas.

Kissinger ascendeu a Conselheiro de Segurança Nacional do governo Richard Nixon, em 1969. Elevou-se a Secretário de Estado no governo de Gerald Ford, em 1973. Em sua vida política, serviu de alguma forma a vários presidentes dos Estados Unidos, sendo o último Joe Biden. Neste longo trajeto, interveio como estrategista do imperialismo norte-americano nos fatos que envolveram a “Guerra Fria”, a destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a incorporação da China na órbita do mercado mundial, a guerra do Vietnã, o conflito entre a Indonésia e o Timor Leste, a guerra entre a Índia e o Paquistão e os golpes de Estado na América Latina. Contribuiu com Georg W. Bush, na condição de coordenador da Comissão de Investigação sobre o Terrorismo, para forjar a linha de combate à jihad islâmica, e utilizar o ataque de 11 de setembro às Torres Gêmeas para promover a invasão militar do Afeganistão em outubro de 2001 e do Iraque em março de 2003.

O homem que se diz voltado a procurar o equilíbrio de forças nas relações mundiais e que recebeu o Prêmio Nobel da Paz por ter selado o acordo que pôs fim à guerra do Vietnã, em 1973, não teve como morrer sem levar para a tumba sua obra de opressão e de carniceiro dos povos. A imprensa se viu obrigada a recordar que Kissinger foi responsabilizado por crimes de guerra, sem, contudo, sofrer qualquer transtorno. Assim se passou porque o fardo da matança pesa sobre os Estados Unidos e sua burguesia imperialista.

O bombardeio do Camboja, como parte da intervenção militar no Vietnã, resultou em massacre, com 50 mil mortos. Kissinger arquitetou com o general Pinochet o golpe sangrento no Chile. Esteve na sombra da brutal repressão da ditadura militar na Argentina e no Brasil sob o governo do general Garrastazu Médici. Não apenas deu apoio ideológico, como também material, financeiro e militar, aos carrascos dos explorados chilenos. Intervenções, guerras e apoio à reação fascizante fizeram o nome de Kissinger como grande estrategista. Reconhece-se também a importância do Conselheiro de Segurança e Secretário de Estado dos Estados Unidos quanto às diretrizes para o Oriente Médio, sob a política exterior da “Guerra Fria”, em desmontar o movimento nacionalista árabe, fortalecer o Estado sionista de Israel e reduzir a influência da ex-URSS.

Dentre essa ampla gama de feitos contrarrevolucionários, no entanto, se destaca o trabalho de Kissinger em apertar o cerco à URSS, explorar a divisão sino-soviética e criar as condições para os Estados Unidos penetrarem no interior da economia chinesa e impulsionarem o processo de restauração capitalista. A burguesia em geral e o imperialismo em particular devem muito a esse sagaz inimigo das revoluções, do direito à autodeterminação das nações oprimidas e, em síntese, historicamente, do comunismo.

Kissinger esteve à frente das decisões da Casa Branca em um período sensível da retomada da crise capitalista após a Segunda Guerra Mundial, dos sinais de mudanças nos choques entre as forças produtivas e as relações de produção, dos impasses da política estalinista e do nacionalismo maoísta. Soube aproveitar

excelentemente bem as contradições dos Estados Operários burocratizados, que levavam seus governantes a bloquearem as tendências revolucionárias do proletariado mundial e a traírem as revoluções.

Atribui-se a Kissinger o êxito em limitar a escalada militar. Os tratados de redução e controle de armas nucleares esteve na base do objetivo de desarmar a URSS e enfraquecê-la como potência militar, que saiu fortalecida como componente fundamental da vitória da aliança liderada pelos Estados Unidos e Inglaterra e com a nova partilha do mundo. A consolidação do distanciamento da URSS e da China sob a condução da estratégia da “Guerra Fria” de impulsionar a contrarrevolução restauracionista, sem dúvida, é em síntese a grande contribuição de Kissinger às forças do imperialismo e à manutenção da hegemonia mundial dos Estados Unidos.

Segundo os jornais, o governo de Xi Jinping enviou uma efusiva condolência a Biden e aos familiares de Kissinger. Reconhece o carniceiro dos povos como “um querido velho amigo do povo chinês”. Exalta a “visão estratégica, coragem política e sabedoria diplomática”. Espera que seus feitos sirvam para uma “relação sino-americana saudável, estável e sustentável”. A burocracia do Partido Comunista Chinês refere-se ao papel positivo que teve o carniceiro para promover a fatídica reunião de Richard Nixon e Mao Tse-tung, em 21 de fevereiro de 1972, que serviu para aplinar o caminho da contrarrevolução restauracionista na China e, assim, fortalecer o processo de decomposição da URSS.

Kissinger morre no momento em que a crise mundial marcha em linha ascendente. Os Estados Unidos estão em posição de acelerar a guerra comercial com a China e impor limites à sua expansão mundial. A guerra na Ucrânia continua acesa e caminha para completar dois anos. A recente guerra de Israel na Faixa de Gaza contra os palestinos se configurou como genocídio. O contorno aos conflitos na África, que expõe a insuportável situação de opressão imperialista e disputa de espaço entre as forças do capital, é provisório. A difícil situação da União Europeia, que sofre com os obstáculos ao crescimento econômico, agravada com a guerra na Ucrânia e as disputas comerciais dos Estados Unidos com a China, tende à sua desintegração. Na América Latina, ressalta a sua dependência comercial com a China e passa a refletir com maior contundência os reflexos da guerra comercial. Gestam-se as tendências ultradireitistas e fascizantes em vários países. Na América do Sul, ressalta a vitória, na Argentina, do reacionário Javier Milei.

A situação mundial também está marcada pelo gigantesco movimento de massa contra o massacre sionista na Faixa de Gaza. Na Europa, vem se acumulando lutas operárias e populares contra o rebaixamento das condições de vida dos explorados. Nos Estados Unidos, as massas já estão cansadas de arcar com a medidas antioperárias e antipopulares. Agrava na Europa e nos Estados Unidos a crise migratória. Dessas condições objetivas, emerge o programa da revolução social e do internacionalismo proletário. O que expõe a gravidade da crise de direção. A tarefa da vanguarda com consciência de classe se concentra na defesa da vida das massas, do direito à autodeterminação dos povos oprimidos, do combate às guerras de dominação, na construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas e na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

PT e a governabilidade

A vitória eleitoral de Lula não resultou em governabilidade do PT. A constituição de um governo de frente ampla, que inclui a direita, expôs imediatamente a debilidade do PT e a dependência de Lula às forças conservadoras e reacionárias, a exemplo do MDB, União Brasil e PP. A ideia de uma ala à esquerda do PT e de aliados como o PSOL de que se tratava de um “governo em disputa” logo caiu por terra e evidenciou o embuste.

A derrota de Bolsonaro, apesar de apertada, foi significativa para a ultradireita. Ganham nesse processo de crise os velhos partidos de direita e de centro-direita que mantiveram o controle do Congresso Nacional, tendo de um lado o enfraquecimento da ultradireita bolsonarista e o pouco aproveitamento do PT. A burguesia em geral se aproveitou da valiosa contribuição da ditadura civil de Temer e de Bolsonaro, para impor as contrarreformas trabalhista, previdenciária e terceirização.

O naufrágio de Bolsonaro se deveu à catástrofe econômica e social provocada pela crise mundial nas condições de incontrolável pandemia. Caso contrário, tinha tudo para permanecer no poder, contando com o apoio geral da burguesia. A profunda e contundente divisão interburguesa, na situação de avivamento das tendências de luta dos explorados, resultaram em uma mudança na situação política. Setores da burguesia e das instituições estatais não tiveram outra via senão rever os processos da Operação Lava Jato, montados pelo juiz Sérgio Moro e procurador Deltan Dallagnol, contra Lula e outras figuras proeminentes do PT. Ambos caíram em desgraça. Em particular, Dallagnol perdeu seu mandato parlamentar, e Moro esteve perto de ter o mesmo fim.

Lula venceu as eleições sob ameaça de golpe de Estado. A aventura de 8 de janeiro resultou em prejuízos para a ultradireita. Bolsonaro acabou sendo punido com a perda de direitos políticos. Provisoriamente, não poderá se candidatar. Ainda corre o processo de corrupção, envolvendo o caso da posse indevida de joias presenteadas pelo príncipe da Arábia Saudita. As condenações e prisões de alguns afoitos bolsonaristas pelo STF, que causaram estragos na Praça dos Três Poderes, por sua vez, completaram o aperto à ultradireita, chefiada por Bolsonaro.

Afastados por algum tempo os riscos do aventureirismo golpista, a crise política voltou ao leito das disputas entre as frações da oligarquia em torno às medidas econômicas, os privilégios e a forma como descarregar o peso da decomposição do capitalismo sobre as massas. Lula garantiu que não faria nada que pudesse indispor sua administração com o Congresso Nacional, manietado pelo Centrão e pelas bancadas oligárquicas. Assim, o PT teve de se ajustar ao controle da linha de centro-direita que configurou o governo de frente ampla. Não se tocara no passado. As contrarreformas de Temer e Bolsonaro seriam mantidas, podendo ter algum ajuste de acordo com as negociações realizadas com os chefes da Câmara de Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco.

Em especial, a reforma trabalhista consistiu no mais amplo e violenta ataque à classe operária e ao conjunto dos trabalhadores. A burocracia sindical, que comanda as várias centrais sindicais, se uniu em torno à eleição de Lula na esperança de obter alguma concessão que amenizasse o impacto das contrarreformas sobre as relações de trabalho e a vida da maioria explorada. Conseguiu

apenas reaver parte das perdas com o fim do imposto sindical. Mesmo assim, a burocracia continua a apoiar o governo burguês de frente ampla e manter-se acomodada à sua sombra. É o que se passou diante da aprovação do arcabouço fiscal que funciona como uma peça de manutenção do gigantesco parasitismo financeiro, que gira em torno à crescente e pesada dívida pública.

Não se sabe ainda com certa precisão quais serão os efeitos para a economia, para os empregos e para o custo de vida que virão da reforma tributária. Mas se sabe que as massas continuarão a pagar pelo custo da dívida pública e pelos bloqueios ao desenvolvimento das forças produtivas. A retração da indústria se tornou um grande problema para a economia nacional, para o nível de emprego e para os salários. O novo PAC concebido pelo governo Lula – peça chave para a reativação econômica e reanimação industrial – esbarra no déficit fiscal, nas altas taxas de juros e nos compromissos financeiros da dívida pública. É nesse marco que o Centrão e as bancadas oligárquicas cobram de Lula o compromisso de manter e viabilizar a entrega de parte do Orçamento para o manejo parlamentar. Assim funciona a política burguesa oligárquica no país.

É sintomática a manobra que Lula teve de fazer para indicar Flávio Dino para ministro do STF e, para a Procuradoria-Geral da República (PGR), o vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet. O descontentamento no PT não teve como ficar contido. Paulo Gonet é um notório reacionário, que pode muito bem servir ao bolsonarismo. No entanto, Lula ignorou a carta da “Coalizão pela Democracia”, que exortava o governo a não optar por Gonet, baseando-se nos seus posicionamento pró-ditadura militar nos trabalhos da Comissão de Mortos e Desaparecidos.

O governo Bolsonaro se sujeitou o máximo que pôde as essas forças, mas não teve como evitar fortes conflitos com o Judiciário, que na situação de crise pandêmica teve de tomar medidas contrárias à linha do governo e de parte significativa do Congresso Nacional. Ainda está fresca na memória o choque institucional que emergiu em torno à política de isolamento social. Foram recorrentes as críticas de Bolsonaro, dos chefes partidários e do comando do Congresso ao STF que, segundo eles, extrapolava suas funções passando a legislar. Agora, sob o governo Lula, os parlamentares aprovaram uma Emenda à Constituição que impede, em determinados casos, que os ministros do STF tomem decisões monocráticas. A ofensiva do Congresso foi tomada como represália à atuação do STF em situações pregressas. Representou uma posição de força política diante do poder judiciário.

O voto favorável do líder do governo no Senado, Jaques Wagner, colocou o Executivo em posição difícil, uma vez que o governo vive na dependência do Legislativo e do Judiciário. O que evidencia debilidade política e administrativa. As características oligárquicas da política burguesa exigem um Executivo altamente centralizador e autoritário. Sem a sua superposição ao Legislativo e Judiciário, a instabilidade governamental tende a crescer com a crise econômica estrutural e com a polarização entre as classes sociais.

É sintomática a manobra que Lula teve de fazer para indicar Flávio Dino para ministro do STF e, para a Procuradoria-Geral da República (PGR), o vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet. O descontentamento no PT não teve como ficar contido. Paulo Gonet é um notório reacionário, que pode muito bem servir ao bolsonarismo. No entanto, Lula ignorou a carta da “Coalizão pela

Democracia”, que exortava o governo a não optar por Gonet, baseando-se nos seu posicionamento pró-ditadura militar nos trabalhos da Comissão de Mortos e Desaparecidos. A desconfiança com Flávio Dino se instalou por sua incapacidade de reagir prontamente à tentativa do golpe de Estado.

Lula, para compor sua frente, colocou no ministério das Comunicações Juscelino Filho, que passou a ser um problema na medida em que acumulam provas de que se utilizou da estatal federal Co-devasf para desviar dinheiro em prol de sua Fazenda Alegria. Os bolsonaristas aproveitam para retomar as denúncias de corrupção.

A mais nova contenda entre o Executivo e o Congresso Nacional se encontra na promessa de derrubar o veto de Lula à prorrogação da desoneração fiscal, que, por sinal, foi instituída no governo de Dilma Rousseff, em 2011. Os capitalistas deixaram de recolher 20% de alíquota de contribuição à Previdência, para contribuir entre 1% e 4% sobre a receita bruta. Foi um presente aos exploradores da força de trabalho e um golpe contra o INSS. Anos depois, em outubro de 2019, sob o governo Bolsonaro, o Senado aprovou a contrarreforma da Previdência. Os capitalistas protegeram os seus lucros e os credores da dívida pública ficaram mais tranquilos. A classe operária e demais trabalhadores foram penalizados.

O problema, agora, está em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, precisa cumprir a meta fiscal estabelecida pelo novo Arcabouço Fiscal. Diante da possibilidade de descumpri-la, não houve uma alternativa senão vetar a prorrogação. Espera-se que o Congresso derrube o veto, e que se faça mais um conchavo que acabe recaído sobre a maioria explorada.

As massas não sentem imediatamente o resultado das medidas antioperárias, mas vão acumulando o ressentimento perante o governo que elegeram. Nada indica que Lula está na rota de superação da crise política, que vem se estendendo e tomando novas formas desde a derrocada do governo Dilma Rousseff. Sua política e medidas favorecem situações de choque dos explorados com a governabilidade.

Cabe à vanguarda com consciência de classe responder com o programa de reivindicação, com os métodos da luta de classes e com a estratégia revolucionária do proletariado. A linha do POR de constituir uma oposição revolucionária ao governo Lula e de libertar os sindicatos da política de conciliação de classes emerge da situação objetiva da crise econômica, social e política.

Nova greve unificada obriga o governador a escancarar seu plano privatista

Avançar para impor derrota ao governador ultradireitista

No dia 28 de novembro, ocorreu a greve do Metrô, Sabesp e CPTM. Dessa vez, contou com a paralisação de professores. Durante todo o dia, o governador Tarcísio de Freitas se viu obrigado a escancarar sua pretensão de privatizar o que resta da Sabesp, porque parte já se encontra em mãos dos capitalistas. Utilizou a Justiça do trabalho para condenar a greve e impor a multa milionária de R\$ 700 mil por dia aos sindicatos que não acataram à decisão da Justiça, que determinou o funcionamento de 80% do transporte público sobre trilhos, nos horários de pico.

A grande imprensa fez uma enorme campanha contra a greve, na tentativa de influenciar a população pobre que depende dos transportes públicos. Ao mesmo tempo, a todo momento, transmitia os discursos de Tarcísio, que dizia que a greve “não tem pauta”, “não tem reivindicação” e que as privatizações “são um compromisso” assumido durante a sua campanha eleitoral. E que a greve tem motivação política, referindo-se às eleições do próximo ano. Nas raras entrevistas, a direção dos sindicatos grevistas diziam que apresentaram ao governador as reivindicações de liberação de catracas, readmissão dos oito grevistas, a realização de um plebiscito oficial para que a população pudesse opinar sobre a privatização, mas Tarcísio não aceitou nenhuma das reivindicações. Assim, a greve foi a única maneira de defender as estatais e combater as punições aos grevistas.

A privatização da Sabesp, empresa altamente lucrativa e cobiçada pelos capitalistas, está sendo realizada por meio de um Projeto de Lei (PL) na Assembleia Legislativa (Alesp). O presidente da Alesp, André do Prado, do PL de Bolsonaro, após algumas “obstruções” de parlamentares do PT e aliados, anunciou que a votação da privatização da Sabesp deve iniciar na semana do dia 4 de dezembro. A comissão, sob o comando de Barros Munhoz (PSDB), que analisou o projeto do governador já aprovou por 27 votos, sendo apenas 8 votos contra. O que significa que dificilmente será rejeitado no Plenário da Alesp. Como podemos ver, a política do PT e aliados, que “cria dificuldades” para a aprovação do PL do ultradireitista Tarcísio, terá fôlego curto.

A greve unificada, que concluiu com o ato na Alesp, não aprovou nenhuma proposta de nova greve e ações de rua para os próxi-

mos dias. Houve um consenso das direções sindicais, embora não votado no ato, de que é preciso “aumentar a presença na Alesp na próxima semana”, visando a questionar os deputados favoráveis à privatização da Sabesp. Com raríssimas exceções, algumas correntes, como o POR, defenderam que era preciso manter as ações de rua e exigir que as centrais e sindicatos convocassem assembleias urgentemente, visando a ampliar a luta para derrotar o plano privatizante de Tarcísio. Tratava-se de uma política oposta às direções dos sindicatos, porque se opunha se submeter às chamadas pressões aos deputados, que fatalmente levam à derrota dos trabalhadores, como ocorreu com as contrarreformas trabalhista, previdenciária, Ensino Médio, Novo Plano de Carreira de Doria etc.

Apesar da grande paralisação dos transportes sobre trilhos e de outros setores do funcionalismo, o ato não reuniu a grande maioria dos grevistas. Prevaleceu, ainda, a orientação de paralisar e retornar para a casa. A maioria dos manifestantes, assim, era da educação, que protestavam contra as duras medidas de Tarcísio, entre elas o corte de 5% de recursos, ou seja, a retirada de R\$ 10 bilhões, de um setor já extremamente precarizado. Somam-se a esse violento corte, a demissão de milhares de professores contratados, a eliminação ou limitação de direitos como a contagem do tempo de serviço nas atribuições de aulas, o fechamento de salas, o plano de privatização de escolas com o aval do BNDES, a não revogação do Novo Ensino Médio pelo governo Lula etc. As inúmeras entidades que usaram a tribuna do ato não fizeram nenhum esforço para paralisar as atividades e comparecer ao ato unificado, como as estudantis (UNE, UEE, DCEs e outras) e sindicatos como Afuse, Sinpeem, Apase, Saúde etc.). Predominando, dessa forma, os discursos de suas direções.

No caso da educação, a direção da Apeoesp insiste na coleta de assinaturas (300 mil) para que a deputada Maria Izabel, recorra da decisão de Tarcísio de redução de 30% para 25% dos recursos destinados por lei à educação. Como parte dessa política de ação institucional e frente aos gravíssimos problemas com a atribuição de aulas e demissão de contratados, a Apeoesp convocou uma reunião do Conselho de Representantes (CR) para o dia 9 de dezembro, rejeitando, dessa forma, a proposta de convocação de

assembleia estadual, na primeira semana de dezembro, conforme defendeu a Corrente Proletária.

Tudo indica que não haverá nova greve unificada do Metrô, Sabesp, CPTM e professores no mês de dezembro, o que deixará o governo ultradireitista de mãos livres para continuar com as privatizações e com o esmagamento das condições de ensino e trabalho nas escolas públicas.

Pronunciamento do POR

Estou falando em nome do Partido Operário Revolucionário. Estamos defendendo a organização de comitês a partir das bases, nos bairros, nas escolas, locais de trabalho, exigindo das direções que convoquem as assembleias, porque não há outro jeito, companheiros e companheiras, de a gente derrotar o projeto de privatizações sem ser com o movimento na rua, sem ser com o método da ação direta, parando as grandes avenidas e com o método grevista.

É fundamental entender que as privatizações são uma resposta desse fantoche do capital financeiro, que é o Tarcísio, à crise do capitalismo, a qual se manifesta de muitas formas: é a guerra na Palestina, na Ucrânia, é a venda das estatais, é a fome, a miséria, o arrocho salarial, e é por isso que nós, do POR, estamos defendendo que se convoque um Dia Nacional de Luta para defender as reivindicações dos trabalhadores, com a ação direta, parando a produção, com a luta nas ruas contra a burguesia entreguista.

Viva a luta dos trabalhadores! Não às privatizações!

Reproduzimos o Manifesto distribuído no ato em frente à Assembleia Legislativa

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

TOMAR AS RUAS NO DIA 28/11!

Toda força à luta contra as privatizações!

Que as centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis convoquem um Dia Nacional de Luta para barrar as privatizações, ligando esse combate à defesa dos empregos, salários e direitos

Erguer os comitês unitários contra a privatização, convocar as assembleias presenciais de base e organizar o movimento grevista para lutar contra a entrega das estatais ao capital financeiro, levantando a bandeira de reestatização das empresas já privatizadas

A privatização da Sabesp está avançando rapidamente na Alesp (Assembleia Legislativa). No dia 22 de novembro, 27 deputados estaduais aprovaram e 8 votaram contra o relatório favorável à entrega da estatal. O Projeto agora pode ir à votação no Plenário. De acordo com a imprensa, a expectativa é de que a questão seja apreciada o quanto antes, entre o final de novembro e o começo de dezembro. O direitista Tarcísio/Republicanos precisa de maioria simples para aprovar o Projeto, ou seja, 48 votos dos deputados.

Paralelamente à entrega da Sabesp, avançam também as privatizações do Metrô e da CPTM. O Porto de Santos foi formalmente retirado da lista de privatizações, mas o governo federal, ao mesmo tempo, anunciou que pretende prosseguir com as PPPs (parcerias público-privadas) – o que significa avançar com uma linha privatista velada. Em outros estados, as privatizações também caminham a passos largos. Em MG, Zema quer entregar as empresas de energia, água e saneamento. Em julho, Eduardo Leite concluiu a venda da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). Os exemplos se multiplicam nos estados e municípios pelo Brasil afora.

As privatizações respondem a uma necessidade do capital financeiro. O capitalismo em crise exige a quebra do controle estatal sobre a economia, de modo a permitir a valorização dos capitais excedentes explorando serviços outrora públicos. Diante do fenômeno da superprodução, uma massa extraordinária de valores não pode ser aplicada à produção, constituindo a fonte da especulação financeira. Os conglomerados monopolistas sobrevivem dessa jogatina desenfreada, lucrando em cima do parasitismo financeiro. Ao mesmo tempo, contam com o Estado para salvaguardar seus interesses nos momentos de quebradeira, pois, o Estado burguês é o Estado do capital financeiro, a fração mais poderosa da burguesia.

Essa explicação do fundamento econômico do fenômeno das privatizações se faz necessária para combater o discurso ideológico dos governos e da burguesia em geral. Tarcísio de Freitas, por exemplo, tem dito à imprensa que a venda da Sabesp se deve à necessidade de investimentos privados, tendo como objetivo a antecipação da universalização do atendimento e melhorias na empresa. Falso. Tarcísio não passa de um fantoche do capital financeiro. A Sabesp é uma empresa lucrativa. No ano passado, anunciou lucro de R\$ 3,12 bilhões, 35% superior aos R\$ 2,3 bilhões de 2021. Como se vê, não é difícil explicar a gana dos capitalistas em abocanhar a estatal.

Mesmo que fosse deficitária, a população não deveria acatar o discurso privatista. Trata-se de combater o mal pela raiz. Os desequilíbrios econômicos são a regra e não a exceção sob o capitalismo, ainda mais em um país semicolonial como o Brasil. As explosões da crise do capitalismo resultam de seu esgotamento histórico. As forças produtivas se encontram em contradição com as relações monopolistas de produção e com as fronteiras nacionais. O que significa que não é possível um desenvolvimento harmônico, pelo contrário, cada avanço na técnica atua contra a humanidade, na medida em que potencia a crise de superprodução. O caráter anárquico da produção capitalista, devido à propriedade privada dos meios de produção, impede uma solução racional para as crises criadas pelo próprio capitalismo.

Tomar as ruas no dia 28/11 corresponde a uma necessidade dos explorados de conjunto. Os governos burgueses, sejam de Tarcísio ou de Lula, estão submetidos às diretrizes do capital financeiro, portanto, são pelas privatizações. As privatizações não se limitarão à Sabesp, Metrô e CPTM. Tarcísio abriu uma ofensiva contra a educação pública, cortando recursos e privatizando escolas com o aval do BNDES, sob a presidência do petista Aloizio Mercadante. Lula se mantém calado diante das privatizações de Tarcísio, Zema etc. É urgente que as centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis convoquem as assembleias e aprovelem o programa de reivindicações e o método de luta dos trabalhadores para enfrentar a política privatizantes dos governos.

Neste dia de greve unificada, é preciso avançar no campo da independência de classe. Erguer os comitês de luta nos bairros, nos locais de trabalho e estudo. Convocar as assembleias, para aprovar um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, contra as privatizações e pela reestatização das empresas já privatizadas, sob o controle da classe operária. Um Dia Nacional de Luta contra a reforma trabalhista de Temer, a reforma da previdência de Bolsonaro e o Novo Ensino Médio, que quebram conquistas históricas e impõem a precarização, terceirização e privatização.

Para os setores envolvidos diretamente (Sabesp, Metrô e CPTM), trata-se de uma luta vital em defesa dos empregos. No caso da Sabesp, tem-se falado na garantia de estabilidade de apenas 18 meses aos funcionários. Essa história nós já conhecemos. Depois de privatizada, a empresa passa por um “choque de gestão”, expressão que não passa de um escárnio, pois significa demitir (“enxugamento do quadro”), para depois recontratar rebaixando salários e cortando direitos. A tendência é de terceirização generalizada. Com isso, não são destruídos somente empregos, salários e direitos, mas a própria organização sindical fica com-

prometida. Os terceirizados, além de sofrer com a alta rotatividade, são representados por sindicatos fragmentados, via de regra, mais frágeis e dominados por burocracias corrompidas. Em outras palavras, sindicatos fortes, como o dos metroviários, tendem a se esfalar. Não podemos permitir!

Neste dia de greve unificada, é também fundamental aprovar a luta pela readmissão dos oito grevistas do Metrô, demitidos por Tarcísio. O que significa deixar de ser apenas motivo de denúncia e de discurso, e ser de fato uma campanha ostensiva de todos os sindicatos dos trabalhadores. Não podemos deixar de protestar contra o massacre do Estado sionista de Israel ao povo palestino. E exigir o fim da guerra e a autodeterminação do povo palestino. Por um movimento de frente única anti-imperialista para derrotar

o Estado sionista! Fora os Estados Unidos do Oriente Médio!

O Partido Operário Revolucionário está participando ativamente dessa campanha contra as privatizações. Estamos pela vitória desse movimento e trabalhamos desde os setores em que atuamos para que se constitua a mais ampla e forte unidade. As manifestações de rua devem servir para impulsionar a luta. O método grevista também é fundamental, pois, parando a produção, colocamos o choque aberto com o capital e constituímos a força social necessária para barrar as privatizações. A perspectiva do movimento deve ser a generalização da mobilização, daí a importância da bandeira que o POR tem defendido sistematicamente, pela convocação de um Dia Nacional de Luta.

Desfecho da crise da oligarquia Ferreira Gomes

A cisão na oligarquia Ferreira Gomes foi finalmente consumada. A já conhecida reunião da ala cidista do partido, no dia 14/11 no hotel Gran Marquise, em Fortaleza, aprovou a desfiliação do PDT. A decisão, irrevogável, foi tomada com apoio de dezenas de prefeitos e deputados estaduais que alegam perseguição do partido. Cid Gomes, embora tenha voltado a presidir o diretório estadual por decisão judicial, já negocia a filiação de seu grupo a uma nova legenda, entre as quais, PSB e Podemos.

O pivô do conflito, conforme indicamos em artigos anteriores do Massas, esteve no choque entre os irmãos Ciro e Cid Gomes, que veio se desenvolvendo desde as últimas eleições estaduais, quando o PDT rompeu a aliança com o PT e lançou um candidato próprio. Ciro voltou suas baterias contra o PT e prognosticou a vitória de seu candidato, Roberto Cláudio. Cid, preferiu se afastar prevendo um resultado bem diferente. Ciro não apenas teve votação pífia para Presidência da República, como viu seu candidato ser derrotado pelo PT (apoiado por Camilo Santana) ainda no 1º turno. Os irmãos pararam de se falar. Cid, por fim, resolveu rebelar-se contra a diretriz ditada pelo irmão mais velho. As articulações para a eleição municipal de 2024, longe de amenizar o entrevero, produziu mais uma desavença. Ciro impôs a reeleição do atual prefeito Sarto/PDT, enquanto Cid pleiteou uma aliança PDT-PT por meio da candidatura do presidente da ALECE, Evandro Leitão.

Desde então, a disputa entre as alas descambou para golpes e contragolpes visando o comando do diretório estadual. A reunião do partido dia 27/10, no Rio, teve gritos, acusações pesadas e por pouco não terminou em confronto físico. Ciro, Carlos Lupi e André Figueiredo, com menor força no estado, recorreram ao uso da máquina nacional e aprovaram a intervenção da Executiva no

diretório estadual. Cid recorreu à justiça, chamando a decisão de 'ilegal' e não poupando impropérios contra Lupi e Figueiredo. Foi nestas circunstâncias que o encontro da ala cidista se realizou. Segundo relatos da imprensa burguesa, os dissidentes têm não menos que 43 prefeitos (dos 54 que integram o PDT), 5 deputados federais e 10 estaduais, números que ainda podem aumentar.

A reação de Camilo Santana e Lula foi a de convidar Cid a integrar o PT. Posição que choça com os interesses de José Guimarães, líder do governo na Câmara. Dado o tamanho do grupo de Cid, seu ingresso no PT estadual equivaleria à dominação da sigla. Esse foi o sentido da fala do presidente do PT estadual, Antônio Filho, ao dizer que "não temos como comportar todo o grupo". Guimarães, além disso, tem seus próprios interesses na disputa para o senado em 2026 e uma reeleição de Cid, ambos pelo PT, impediria alianças no estado. A filiação ao PSB tem como principal obstáculo o fato deste último estar negociando uma federação partidária justamente com o PDT.

Seja qual for o destino da fração cidista, nada mudará em seu caráter de classe burguês, de preservação dos interesses dos capitalistas contra a maioria oprimida. A própria possibilidade de ingresso no PT, mostra como o reformismo se decompôs e vem se corrompendo na política burguesa. A cisão de Cid fortalece a aliança burguesa em torno do governo Elmano/PT/PMDB/PSOL, governo que acaba de anunciar mais uma medida assistencialista (programa Vai e Vem Livre) que, no fundo, servirá ao parasitismo do empresariado do transporte.

O dever dos explorados é defender a independência de classe perante Elmano e exigir dos movimentos, centrais e sindicatos que rompam com a conciliação e organizem a luta em defesa da vida das massas.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Dezembro de 2023

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



POLÍTICA OPERÁRIA

Demissões no setor industrial continuam crescendo Operários mostram disposição de luta Direções sindicais vêm assinando acordos de eliminação de postos de trabalho Defender a redução da jornada sem redução de salário, para que haja emprego a todos

As pesquisas mostram que o desemprego está caindo. Todo final de ano, aumentam as contratações temporárias no setor de serviços. O que faz diminuir as taxas de desocupados. Há algum tempo, tem crescido os empregos terceirizados e o subemprego, as diferentes modalidades de contratação criadas pela reforma trabalhista. Por outro lado, a indústria está fazendo um varredura nos postos de trabalho com as demissões em massa, e substituindo o trabalho efetivo pelo terceirizado. A situação tende a se agravar após o final do ano, com a não contratação dos trabalhadores temporários do comércio.

Os capitalistas pressionam o Congresso Nacional para rejeitar o veto de Lula à desoneração na folha de pagamento. Ameaçam com as demissões e fechamento de fábricas. A Câmara de Deputados acabou de aprovar a Carteira Verde Amarela, política de Bolsonaro para contratação por tempo determinado, principalmente de jovens, com salários miseráveis. O governo Lula se recusou a revogar a reforma trabalhista, a previdenciária e a terceirização. Quem vem arcando com toda essa desgraça são os operários e os demais trabalhadores.

Diante das demissões, as direções sindicais estão aceitando os acordos de destruição de empregos e eliminação de direitos trabalhistas. Rejeitam organizar a luta coletiva da classe operária contra os ataques patronais e as medidas governamentais. Para isso, estão obrigadas a eliminar a democracia sindical das assembleias e perseguir a vanguarda que vem despontando nas fábricas. Os sindicatos, assim, são duramente controlados por essas burocracias sindicais, que são porta-vozes da política do patronato e de seus governantes.

O Boletim Nossa Classe vem atuando contra os acordos malditos de demissão. Defende a redução da jornada de trabalho, sem redução do salário para que nenhum pai ou mãe de família esteja desempregado ou subemprego. E trabalha para que os operários mais conscientes venham a constituir a oposição sindical classista, para expulsar os burocratas do sindicato e recuperá-lo para a luta.

Movent, autopeças de Diadema demite 190 trabalhadores

No dia 22 de novembro, os trabalhadores do grupo Movent, Movent Forjados e MVT, em Diadema, iniciaram a luta contra a demissão de 190 trabalhadores. A fábrica demitiu trabalhadores com estabilidade, trabalhadoras grávidas, companheiros com doenças graves, vítimas de acidente de trabalho afastados pelo INSS, representantes sindicais e cipeiros. A empresa demitiu, não pagou os salários e diz que não tem matéria-prima para produzir. Diante dessa situação calamitosa, a direção do Sindicato Metalúrgico iniciou um movimento pela readmissão dos 190 trabalhadores, colocou-se pelo acampamento em frente da fábrica e realiza a coleta de alimentos. A empresa, por sua vez, proibiu a entrada dos operários, mesmos os que não estavam na lista dos demitidos, e a terceirizada deixou de oferecer as refeições.

A luta dos trabalhadores da Movent não pode ficar separada da dos demais metalúrgicos. As demissões estão acontecendo na

Movent, Volks, GM e demais fábricas. O sindicato tem a tarefa de responder coletivamente às demissões, por meio dos métodos próprios dos trabalhadores. Agora, diante das demissões da Movent, a direção do sindicato se limitou ao acampamento e à coleta de alimentos. Essa conduta, certamente, levará mais uma vez à derrota dos trabalhadores, como foi na Ford, LG, Caoa, GM, Volks. Está mais do que na hora de convocar uma assembleia geral metalúrgica e aprovar a luta direta e coletiva, com manifestações de rua, em defesa dos empregos, salários e direitos.

O Boletim Nossa Classe trava o combate sob a bandeira: Nenhuma demissão! Emprego não se negocia, se defende com a greve unificada. Diante das demissões da Movent, o caminho é o da ocupação da fábrica, a estatização sem indenização, sob o controle operário.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a lutados explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Terceirizada da Petrobrás demite 459 trabalhadores em Mauá

A Propav, construções e montagem, prestadora de serviço da Petrobrás, demitiu 459 operários que trabalhavam da refinaria Capuava, em Mauá. Os trabalhadores decretaram a greve contra o atraso dos salários e outros benefícios e, no dia 24 de novembro foram demitidos. O secretário do sindicato Construmob, Mauro López, informou que o mesmo problema aconteceu em outros estados onde a Propav também prestava serviço junto à Petrobras, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná. Neste último, os trabalhadores estavam há 60 dias sem receber.

Em reunião com a direção do sindicato, a empresa além de colocar os trabalhadores na rua, ainda informou que iria parcelar o pagamento dos direitos. Frente a todo esse ataque da patronal,

o secretário do sindicato se limitou a exigir que a primeira parcela não poderia ser menor que o salário mensal dos trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a exigirem que o sindicato convoque uma assembleia geral com todos os trabalhadores da Braskem, para aprovar a greve ativa pela readmissão dos 459 trabalhadores. O Boletim Nossa Classe combate a terceirização e defende a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. A terceirização é emprego precarizado, salários mais baixos, atraso de salários, não pagamento de direitos. Que as direções sindicais se coloquem pela organização da luta contra as reformas trabalhista, previdenciária e terceirização.

Mais uma traição do Sindicato Metalúrgico do ABC aos trabalhadores da Volks

No dia 09/11, a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC aprovou um acordo que permite a Volks demitir trabalhadores com doenças ocupacionais e não lesionados, terceirizar setores da produção, reduzir salários e direitos.

Wellington Damasceno, diretor executivo do sindicato, ao colocar em votação a proposta, usou mais uma vez a chantagem dos investimentos e a mentira da garantia de empregos, para empurrar goela abaixo dos trabalhadores um acordo que garante os interesses da multinacional.

O fato de 20 companheiros terem sido demitidos por justa causa pela Volks com doença ocupacional, nas últimas semanas, comprova que não existe garantia de empregos. Alguns dos

companheiros demitidos participaram da assembleia e protestaram vestindo camisas com a frase “fomos demitidos com estabilidade, e aí sindicato?”

O Boletim Nossa Classe, distribuído no dia da assembleia, trouxe as explicações porque era preciso rechaçar mais esse acordo traidor. Uma parcela significativa de companheiros mostrou-se contrária ao acordo. No entanto, na assembleia só fala os burocratas defensores do acordo. O fundamental está em que vem crescendo o descontentamento dos operários com a direção do sindicato. E não há outra via senão a organização de uma oposição classista e de luta.

Transformar a revolta em organização política. Construir as oposições de luta, classistas e revolucionárias

Os operários já estão percebendo o papel traidor da direção do sindicato. Para conseguir aprovar os acordos patronais, a direção persegue os operários que se opõem, coloca medo diante das demissões dos patrões. A burocracia se transformou em verdadeiros agentes dos patrões. Apesar dessa traição, uma parcela importante dos trabalhadores votou contra o acordo de demissão da Volks na última assembleia, expressando o aumento da revolta e da disposição de luta. No acordo aprovado em 2020, cerca de 10 companheiros votaram contra o acordo. Na última assembleia, mesmo com todo o terrorismo e mentiras para aprovar

o acordo, quase 30% dos trabalhadores votaram contra. Um grupo de companheiros fizeram campanha interna na fábrica explicando porque rejeitar o acordo. Para derrotar o ataque dos patrões, é necessário expulsar esses traidores da direção do sindicato.

O Boletim Nossa Classe luta para transformar essa revolta em organização política. Defender a construção de uma oposição de luta, independente, classista e revolucionária, para resgatar o sindicato para a luta de classes.

A greve na General Motors mostrou a força e disposição de luta dos trabalhadores. As direções sindicais, no entanto, acabaram aceitando o acordo de demissão

Depois de 17 dias em greve, os sindicatos dos metalúrgicos de São Caetano do Sul, São José dos Campos e Mogi das Cruzes aceitaram o acordo com a montadora e aprovaram o fim da greve, em 8 de novembro. Pelo acordo, a GM cancelou provisoriamente

as 1244 demissões nas três unidades, reintegrou os trabalhadores demitidos e pagou os dias parados. No entanto, a GM manteve seu plano de demissão, agora, por meio do PDI e PDV.

A paralisação unificada dos cerca de 12 mil trabalhadores da

GM mostrou disposição de luta dos operários para enfrentar as demissões. Porém, a luta dos trabalhadores concluiu em traição das direções que usaram a greve para chegar a um acordo de demissão. Essa malandragem dos sindicatos dirigidos pela Conlutas e Força Sindical faz parte das malandragens também montadas pelo sindicato metalúrgico do ABC, CUT, que acaba de assinar um acordo de demissão na Volks. São direções burocráticas que sujeitam as assembleias e greves à manobra patronal para chegar às demissões mediante uma indenização. Assim, auxiliam os

capitalistas a destruir postos de trabalho, e abrem mão da defesa das reivindicações da classe operária.

O Boletim Nossa Classe vem denunciando esses acordos malditos, que lesam os operários e suas famílias. Insiste na campanha da redução da jornada sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho), para que haja emprego a todos os trabalhadores.

Campanha internacionalista do Boletim Nossa Classe

Diante do massacre do Estado sionista ao povo palestino, o Boletim Nossa Classe faz uma campanha pelo fim imediato dos bombardeios e da invasão militar do território palestino. Defende a constituição de uma frente única anti-imperialista, que implica a

luta pela expulsão do imperialismo da região e a autodeterminação da nação palestina. O Boletim Nossa Classe também mantém a campanha pelo fim da guerra na Ucrânia e por uma paz sem anexação.

Nota do Boletim Nossa Classe

Operários do setor de laticínios não têm o que comemorar após negociações

Nesse mês de outubro, se encerrou as negociações do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo (STILASP), representante de operários de diversas fábricas, incluindo a Vigor Alimentos. O desfecho da convenção coletiva de trabalho para 2023/2024, embora apresentasse um reajuste salarial de 5,06%, conforme enfatizado pelo sindicato em seu Boletim Informativo, não foi motivo de celebração para os trabalhadores.

Diante dos altos preços dos alimentos, os trabalhadores sentiram que o reajuste mal acompanhou a inflação do período. Ao considerar o mês de setembro como referência e avaliar o IPCA dos últimos 12 meses, a inflação fixou-se em 4,88%. No entanto, em outubro, momento do fechamento do acordo, a inflação atingiu 5,44%, o que significa perda salarial. Se se considerar o custo de vida, a perda é ainda maior.

Além disso, as negociações envolveram o reajuste na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), onde empresas sem plano de metas pagarão multa de R\$ 1.900,00, correspondendo a 15,15%, acima da inflação, segundo o sindicato. É fundamental ressaltar que a estratégia do PLR tem sido utilizada pelos patrões e aceita pelos burocratas sindicais para ocultar as reais perdas salariais. Como o PLR é apenas um bônus, é dever das direções sindicais reivindicar a sua incorporação.

O Partido Operário Revolucionário (POR) alerta os operários do setor de laticínios, em especial os trabalhadores da Vigor, para que não se deixem influenciar por discursos que mascaram quais são as verdadeiras necessidades da classe operária, entre elas o aumento real nos salários e a reposição das perdas salariais, que são volumosas.

Nota do Boletim Nossa Classe

Medidas bolsonaristas continuam sendo aprovadas

A Câmara dos Deputados aprovou, no final de novembro, o projeto que retoma uma parte do texto da Carteira Verde e Amarela, proposta de Jair Bolsonaro (PL), que foi derrotada, na ocasião, no Senado. Agora, aprovada por 286 votos favoráveis e 91 contrários. A proposta contém a falsa promessa de facilitar a contratação de jovens de 19 a 24 anos e pessoas a partir de 50 anos, mas na realidade, serve apenas ao patronato, porque pagará menores salários e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e ainda recolherá menos para a Previdência Social.

A aprovação desse projeto sinaliza o quanto os deputados bolsonaristas continuam agindo, apesar de Lula ocupar a presidência da República e ter como ministro do Trabalho o ex-sindicalista Luiz Marinho. Agora, volta ao Senado e depois vai para o sanção de Lula.

As direções sindicais se limitaram a lamentar o ocorrido e a dizer que se trata de um chantagem dos deputados em função das emendas parlamentares. O fato é que os burocratas sindicais não estão dispostos a organizar nenhuma resistência dos trabalhadores diante da perda de direitos, das demissões e das contrarreformas de Bolsonaro, como essa da Carteira Verde Amarela.

O Boletim Nossa Classe vem trabalhando para que se constitua uma oposição sindical classista, para expulsar os burocratas dos sindicatos e recuperá-los para a luta em defesa do programa de reivindicações próprio dos explorados e pelo fim das reformas trabalhista, previdenciária, terceirização e a excrescência da Carteira Verde Amarela.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Balanço do Ato dos 4 anos do Massacre de Paraisópolis

No dia 1 de dezembro, quando completava quatro anos do massacre na DZ7 em Paraisópolis, familiares e apoiadores realizaram uma manifestação na Av. Paulista em São Paulo. A manifestação foi pequena, sem a adesão de sindicatos e outras entidades como as estudantis. Já no início, a PM de SP mostrou seu caráter reacionário e guinchou o carro de som da manifestação. Isso não impediu que a atividade se realizasse, apesar de dificultar as intervenções dos familiares e partidos que participaram. Foram feitas homenagens aos 9 jovens que foram brutalmente assassinados pela polícia e, em seguida, foram feitas intervenções políticas diversas. A tônica da manifestação esteve entre a natural comoção e o ódio instintivo contra a violência policial e estatal. O POR participou desse ato com o manifesto que reproduzimos abaixo, além do jornal Massas e com intervenções, onde defendemos a importância de se vincular as denúncias à violência policial

com as bárbaras condições de vida a que são submetidos os jovens no país, não alimentando ilusões na democracia e justiça burguesas, confiando apenas em nossas próprias forças.



São Paulo

Quatro anos do Massacre de Paraisópolis: a juventude deve confiar em suas próprias forças para lutar

Quatro anos depois do bárbaro massacre promovido pela PM de SP em Paraisópolis, ninguém foi punido. A justiça militar inocentou todos os envolvidos. A justiça civil caminha a passos de tartaruga, com 13 policiais acusados, que podem ser levados a júri popular. Haverá uma segunda audiência no próximo dia 18. Outros tantos envolvidos já foram liberados das acusações. Está aí o porquê de não se confiar na justiça burguesa.

Gustavo Xavier, Denys Henrique Quirino da Silva, Marcos P. O. Santos, Dennys Guilherme dos Santos Franco, Luara Victoria de Oliveira, Eduardo Silva, Gabriel R. de Moraes, Bruno Gabriel dos Santos e Mateus dos S. Costa, tinham entre 14 e 23 anos quando tiveram suas vidas interrompidas pela ação do Estado. Foi claramente uma ação de vingança devido à morte de um sargento na região dias antes. As famílias e apoiadores juntaram provas mais que suficientes para deixar claro que se tratou de uma ação pensada e preparada para matar. O lema “servir e proteger” da polícia há muito tempo está manchado de sangue, e seu real significado é servir à burguesia e proteger a propriedade privada. Essa é a verdadeira função das polícias.

Em nosso primeiro manifesto sobre o caso, publicado no dia 3 de dezembro de 2019, apontamos as raízes sociais do massacre, que estão na ação assassina do braço armado do Estado, a polícia, nas condições de miséria a que são submetidas as massas pobres no país, principalmente a juventude, que não encontra na sociedade capitalista as condições mínimas de existência, de trabalho, de lazer etc. Aquele contexto estava marcado pela ação do Governo Federal de Bolsonaro, voltada a precarizar ainda mais a vida dos jovens com a tal “Carteira verde amarela”: “A burguesia e seus governantes não têm nada a oferecer aos milhões de jovens. Basta ver a decisão de Bolsonaro/Guedes de impor o “Programa Verde Amarelo”, para isentar de uma série de taxaões os capitalistas, que contratarão jovens com salários miseráveis e sem nenhum direito trabalhista. A reforma trabalhista e a lei da terceirização são ataques violentos à maioria explorada. As medidas educacionais dos governos expulsam milhares de jovens das escolas. Não por acaso, boa parte da juventude nem trabalha, nem estuda, por única responsabilidade da burguesia e de seus governantes.”

Quatro anos se passaram, e não podemos dizer que a vida da juventude melhorou, pelo contrário, piorou. No ano passado, vimos as entidades estudantis, a UNE e a UBES colocarem todos os seus esforços para que os jovens tirassem título de eleitor, alimentando as ilusões na democracia burguesa. E, apesar da troca de governo, o jovem segue sendo massacrado em suas condições de vida. Um ano depois das eleições, a Carteira Verde Amarela foi aprovada na Câmara dos deputados, com a liberação do governo Lula, para que sua base votasse como quisesse, ou seja, para que aprovasse o programa. Como se vê, entra governo, sai governo e os únicos interesses que são garantidos são os dos capitalistas. Aos jovens pobres, resta a matança policial, a violência, a prisão, o desemprego, o subemprego, a fome e a miséria.

A mais do que a justa responsabilização dos policiais envolvidos é insuficiente. O comando da PM e o governo do estado de SP devem ser responsabilizados. Mas devemos dizer que esse foi mais um dos tantos crimes de classe da burguesia contra os explorados, por isso, a resposta definitiva só poderá vir através da luta de classes, da organização revolucionária do proletariado para acabar de uma vez por todas com toda forma de exploração e opressão que são fruto do capitalismo podre. Somente um Tribunal Popular constituído pelas organizações operárias e independente diante dos exploradores e do Estado burguês pode punir os responsáveis pela chacina em Paraisópolis e tantas outras.

Eis por que o Partido Operário Revolucionário (POR) defende que só colocando em pé um Tribunal Popular será possível investigar, responsabilizar e condenar todos os crimes da burguesia. Defendemos também que a luta contra a opressão policial deve ser parte da luta mais geral contra a exploração do trabalho, contra as malditas reformas que esmagam a maioria. É por isso que os sindicatos, movimentos sociais, entidades estudantis e centrais sindicais devem fazer parte dessa luta e convocar um Dia Nacional de Lutas, com greves, paralisações e bloqueios, como forma dos trabalhadores unificarem suas reivindicações em um só movimento contra a burguesia e seus governos.

São Paulo

Empresa terceirizadas sangram os trabalhadores

A empresa terceirizada Libem atua nas escolas da região de Caieiras com quadro de funcionários reduzidos, sem produtos de limpeza suficientes, submete os trabalhadores a constantes atrasos no recebimento das cestas básicas e ameaça as funcionárias que apresentam atestados médicos quando faltam por doenças.

Como o ano letivo está finalizando, a empresa konserv, que presta serviços para a merenda escolar, já planejou as demissões das funcionárias que trabalham na cozinha das escolas. Redução total de algo que já é reduzido durante o ano. Justifica as demissões dizendo que as funcionárias usam atestados médicos. Trata-se de doenças adquiridas em função das condições de trabalho na cozinha, a exemplo da funcionária que está com problema na coluna e que foi avisada pela supervisora que no próximo atestado médico será demitida.

Onde está o sindicato diante essa situação? Por que as direções sindicais não visitam as escolas para presenciar as condições impostas pelas empresas terceirizadas? Ao contrário, não movem

uma palha em favor dos trabalhadores terceirizados, na sua grande maioria mulheres. A Afuse, sindicato dos funcionários de escolas, dirigido há décadas pelo PT, permanece de costas diante do avanço da terceirização. Quem paga com a superexploração das empresas terceirizadas e com o descaso das direções sindicais são os trabalhadores.

A Corrente Proletária vem fazendo campanha contra a terceirização e defendendo a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Ao mesmo tempo, trabalha por constituir uma oposição sindical classista, que tem como embrião a Corrente Proletária. E chama os funcionários efetivos e terceirizados a fortalecer esse polo de luta em defesa das reivindicações e dos métodos próprios dos explorados. Nossa tarefa é recuperar os sindicatos como organismos de luta coletiva para enfrentar o governo, os capitalistas e seus porta-vozes nos sindicatos, que são os burocratas sindicais.

Recife

Panfletagem contra as privatizações no dia 28 de novembro

O Sindicato dos Metroviários convocou um “ato contra as privatizações no Brasil, por uma CBTU e TRENURB pública, de qualidade estatal federal e com tarifa social”. Recebemos o chamado por meio de um trabalhador de base e estivemos presentes, com o Manifesto elaborado para a atuação em São Paulo. Porém, foi um ato “fake”, daqueles que se divulga para dar a impressão de que o sindicato está fazendo algo, quando não está. Trabalhadores que tentaram informações sobre a mobilização nada encontraram. E nós, que cruzamos Recife no horário de pico, encontramos apenas um (isso mesmo, apenas um) dirigente do Sindmetro (PCdoB) panfletando o material da Fenametro, sem nenhuma adaptação para o público recifense. A mobilização dos metroviários e trabalhadores é urgente. O governo Lula segue planejando a privatização da CBTU Recife, no site do BNDES consta até mesmo a previsão de um leilão em 2026.

O Boletim Nossa Classe tem atuado para que a categoria possa retomar os combates contra a destruição dos empregos, direitos e

do patrimônio público. O chamado do sindicato a um ato para fortalecer o dia 28 seria uma ação correta, desde que fosse realmente preparada e mobilizada.

Apesar disso, distribuimos o Manifesto e reafirmamos a necessidade de se erguer um comitê contra as privatizações, que una o movimento negro, que denuncia a privatização dos presídios por parte do governo Lula; os estudantes que combatem as privatizações no interior das Universidades; outras estatais e os explorados em geral. A luta contra as privatizações é uma luta contra a entrega do patrimônio público ao setor privado, sobretudo ligado ao capital monopolista. Trata-se de uma luta anti-imperialista. É preciso que as centrais sindicais, sindicatos e movimentos convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas pelos empregos, salários e direitos. Contra as privatizações. Pela reestatização do que foi privatizado. Convocamos também os usuários do metrô ao ato pelo fim do genocídio palestino.

São Paulo

Burocracias do SINPEEM, SINESP e SEDIN trabalharam contra a paralisação dos educadores no dia 28

Foi aprovado no Congresso do Sinpeem a luta contra a IN 024, onde Ricardo Nunes/Padula impõem o Ensino de Tempo Integral, começando por 50% dos 1º anos das escolas de Ensino Fundamental. A proposta aprovada de paralisação indicava o dia 23/11. Foi feita pelas correntes políticas oposicionistas, sabendo que seria uma data tardia, mas necessária em função do grande número de professores excedentes, inscritos no processo de remoção. No entanto, a chapa 1, ala majoritária da diretoria do Sinpeem, dirigida pelo arqui-pelego Cláudio Fonseca, autoritariamente sabotou a paralisação aprovada, ignorando inclusive as cobranças da chapa 2, que compõe 42% da atual diretoria.

Essa burocracia só deu as caras às vésperas do dia 28, quando assinou o manifesto dos setores cutistas, apoiando a greve contra a

privatização da Sabesp, Metrô e CPTM. A partir desta assinatura, junto com o Sedin e Sinesp, sindicatos também filiados à CUT, tratou de encaminhar burocraticamente a chamada para o dia 28. Em nome da Coeduc, novo fórum burocrático formado pelas entidades da educação (cisão do Fórum de entidades), fez um chamado por whatsapp para os trabalhadores da educação participarem de um ato em frente à SME, duas horas antes do ato geral na Assembleia Legislativa. Além disso, enviou representantes para os dois atos e contratou pessoas para segurar os balões das entidades e instalar uma tenda com o logotipo do Sinpeem.

No entanto, não fez o principal: chamar os educadores para paralisar no dia 28. E qual foi o resultado? Fiasco total em frente à SME. Mesmo assim, os militantes das chapas oposicionistas se-



guiram numa pequena caminhada até a Assembleia Legislativa. O pior de tudo isso foi chegar lá e assistir o burocrata Cláudio discursar no caminhão de som, como se tivesse feito alguma luta contra a privatização.

Está aí por que a Corrente Proletária trava um combate aos burocratas que estão no comando dos sindicatos da educação. Aproveitou a convocação da greve unificada do Metrô, Sabesp e CPTM para visitar as escolas e defender a paralisação. No ato na Assem-

bleia Legislativa ergueu suas bandeiras em defesa das estatais e contra o plano de Tarcísio e Nunes de privatização e terceirização dos serviços públicos. E defendeu junto à vanguarda a necessidade dos centrais sindicais convocarem um Dia Nacional de Luta, com paralisação, tendo em vista que não são somente os governos ultradireitistas que avançam com os planos privatizantes, como também o governo de frente ampla de Lula, haja vista a questão da privatização do Metrô de Recife e Porto Alegre.

São Paulo

Discussão nas escolas municipais, preparando para a greve do dia 28

Em visita à EMEF Tereza Maciel, houve o debate com professores e o coordenador pedagógico sobre a importância de participar do ato unificado de 28 de novembro. Os professores apontaram dados, envolvendo a privatização no bairro. Informaram que 10 creches da região e CCAs (Centro de Convivência do Adolescente) estão sendo construídos com recursos públicos e serão administrados por instituições privadas. Citaram como exemplo a Fundação Pipa, que administra 8 creches espalhadas pela região. Foi levantada a precarização do trabalho com a terceirização da limpeza, merenda e a vigilância. Os salários são reduzidos, os direitos trabalhistas não são cumpridos e, às vezes nem há registro em carteira dos trabalhadores.

A partir dessas denúncias, os militantes da Corrente Proletária informaram os novos ataques do governo para avançar a Escola de tempo Integral. Destacaram IN 024, que implantou o ensino de tempo Integral em 50% dos 1ºs anos das escolas de Ensino fundamental. Mesmo essa escola não aderindo ao programa imposto pela Diretoria de ensino de São Mateus, o governo fechou 3 salas do CEI, obrigando as professoras entrarem na remoção. O fato é que, o prefeito Nunes e o governador Tarcísio estão empenhados

em fechar o noturno das escolas, para continuar a política de parcerias com a rede privada. Pouco se importam com o destino do aluno-trabalhador e do professorado. Interessa apenas fazer demagogia eleitoral com o aumento do tempo das crianças na escola. Foi lembrado que a luta contra o fechamento da EJA é histórica naquele bairro. Que se ainda permanece no Tereza é porque os professores e a direção do Tereza Maciel fizeram uma luta.

Terminado o debate foi realizado o Plebiscito contra a privatização do Metrô, Sabesp, CPTM e feito um chamado à paralisação no dia 28. Foi sugerido que os professores conversassem com a comunidade sobre a importância de apoiar ativamente esta luta contra a terceirização, a privatização e o ataque aos serviços públicos feitos pelos governos capitalistas.

Por fim, a militância da Corrente Proletária ressaltou a importância da discussão coletiva no interior das escolas e a participação ativa nos movimentos contra as privatizações e terceirizações. E a necessidade de fortalecer a Corrente Proletária, que tem como reivindicação a luta por um sistema único de ensino, público, gratuito, laico, científico e voltado à produção social.

São Paulo

Reunião do Conselho de Representantes na Subsede Itaquera da APEOESP

A reunião do Conselho de Representantes ocorreu no dia 25/11. Foi presencial, mas contou apenas com 15 conselheiros. Não debateu o fundamental, que seria como organizar a luta nas ruas dos professores contra a política privatista de Tarcísio e seu secretário Feder. Mas isso já era previsto, uma vez que a Executiva da região estipulou apenas 1 hora para essa discussão: Informes, Atribuição de Aulas e Greve do dia 28/11. Na realidade, a Executiva determinou como atividade principal o debate sobre a Consciência Negra, o lançamento de um livro de 1 conselheira e um evento cultural, que ocorreram depois da reunião do Conselho.

A pauta do Conselho, com reduzido tempo para debate dos problemas emergentes da categoria e ainda sem a presença dos Representantes de Escola, mostrou que a Executiva estava apenas cumprindo o calendário de reunião mensal. Que a Executiva Regional, composta integralmente pelas correntes do PSOL, Conspiração Socialista e Escola na Luta, não pensaram em mobilizar a categoria para lutar. Tanto é verdade que, logo no início da reunião, foi colocada a cobrança da vice presidente da Apeoesp, a deputada Maria Izabel, sobre a "agilidade" da subsede na coleta das 300 mil assinaturas para dar entrada no PL de iniciativa popular contra o

corte de 5% de recursos da educação. A cobrança não veio à toa. A deputada cobrou dos dirigentes da subsede, que se integraram à chapa 1 do PT, maior empenho na coleta de assinaturas.

Em relação à afrontosa resolução de pontuação dos professores, foi dado o informe da participação da coordenadora da subsede na reunião com Secretário Adjunto do governo, destacando que ele não apresentou a Resolução de Atribuição de Aulas, que existe apenas a resolução de pontuação dos professores que tira pontos dos professores que têm faltas médicas etc., que o governo não respeita a Constituição Federal e a lei 10.261 que fala das faltas que caracterizam efetivo exercício e que o departamento jurídico da Apeoesp está aconselhando o professor que se achar prejudicado entrar com mandato judicial.

Após esses informes, foi feito um pequeno debate. A TLS, culpou o departamento jurídico pela incapacidade de esclarecer os professores. A Conspiração Socialista retrucou esta afirmação e lembrou que o problema tem como causa a "política de governo" e concluiu que é preciso fazer luta sim, mas eleitoral para mudar o governo e portanto garantir a eleição de Boulos no ano que vem.

Teve outra colocação deste grupo dizendo que precisa ter luta agora, na forma de pressão parlamentar. Coube à Corrente Proletária defender que o combate às milhares de demissões dos professores categoria O, a luta contra a privatização e os PLs de Tarcísio só poderão dar resultado se o professorado ganhar as ruas, com paralisações, e não submetê-lo ao método burguês da disputa eleitoral.

Sobre a greve unificada do dia 28, foi dado apenas o informe sobre o resultado do plebiscito, que obteve 97% contra a privatização. Como o tempo foi restrito e houve pressão para encerramento da reunião, coube apenas a cobrança da Corrente Proletária sobre os comandos nas escolas para organizar a paralisação do dia 28. Mas não houve resposta.

Um grave erro: A “Roda de Conversa” sobre a questão racial esteve descolada da greve unificada, convocada para o dia 28

Logo após a rápida reunião do Conselho, iniciou a atividade central proposta pela direção da subseção, que foi a “Roda de Conversa”. O conteúdo do debate foi “A Educação Antirracista” e os debatedores foram Nando Comunista, conselheiro da Conspiração Socialista e Rute Reis, ex professora da rede estadual e atualmente ligada à prefeitura de São Paulo.

Ambos iniciaram com o questionamento por que o racismo não foi superado no Brasil. O primeiro debatedor repetiu a velha colocação de que a história do Brasil é contada pelos brancos colonizadores. E que o debate sobre a questão racial tem de estar dentro da perspectiva do trabalho dos jovens e homens pretos, afinal não existe capitalismo sem racismo. Sem contextualizar, tentou comparar a Comuna de Paris, levante dos operários na França, com os

Quilombos aqui no Brasil. E concluiu dizendo que as concepções pedagógicas descoladas deste conteúdo têm servido para alimentar o neotecnicismo, submetendo o trabalho dos professores à entrega de projetos nas Diretorias de Ensino. Já a segunda debatedora, trouxe o questionamento sobre os 20 anos de implementação da Lei 10.639, que impôs a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Afirmou que não basta aprovar um dia de feriado no calendário escolar. Que é preciso ter no currículo escolar diretrizes específicas para que os educadores estejam empenhados em aprofundar essa questão do racismo no cotidiano escolar.

O debate sobre a opressão racial é fundamental. Certamente, não poderia ser feito como apêndice da reunião do Conselho que necessitava aprovar a luta contra as medidas de Tarcísio. A primeira parte da discussão ficou prejudicada, porque acabou sem organizar a regional para enfrentar o governo ultradireitista, que vem implantando seu plano privatista aos serviços públicos, entre eles a educação. Sem dizer que não houve esforço para convocar os representantes de escolas e os professores em geral para essa reunião do Conselho, nem mesmo para a discussão sobre a opressão racial.

A Corrente Proletária interveio destacando que a opressão racial é de classe, potenciada pelo sistema capitalista, gerador de todas as formas de discriminações. E que sob o capitalismo não será possível erradicar a opressão racial. A luta consequente contra as opressões (racial, mulher, homossexuais) levará ao combate pelo fim do capitalismo e pela edificação de uma sociedade socialista. Portanto, será parte do programa da classe operária, unindo os explorados em geral, negros e brancos, mulheres e homens, sob a estratégia da revolução social. Por isso, a Corrente Proletária combate a política reformista de “punição e educação” para acabar com o racismo. E trabalha para que as reivindicações contrárias à opressão racial se choquem com a política dos governos reformistas, que é burguesa.

São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária na reunião do Comitê contra a privatização e na panfletagem no dia 28

No dia 25, ocorreu a reunião do Comitê contra a privatização na Lapa. A Corrente Proletária apresentou a proposta de realizar uma agitação, às 6 horas da manhã, no terminal de trem e metrô da Barra Funda. A proposta foi aceita e a militância compareceu

distribuindo o manifesto conjunto dos sindicatos, explicando as razões da greve unificada. Além desse material, o POR distribuiu o Manifesto do partido. As milhares de pessoas que passaram pelo terminal receberam e apoiaram a luta contra as privatizações.

São Paulo

Debate sobre juventude e opressão racial

No mês em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, a Corrente Proletária realizou um debate com estudantes do noturno do 2º ano do Ensino Médio na Escola Estadual Professor Marcos Antônio Costa, na Zona Leste da capital paulista.

O militante porista iniciou o debate se apresentando e questionou quantos presentes sabem da existência da universidade pública e gratuita. Em um público de mais de 100 estudantes cerca de cinco levantaram a mão. A partir desta constatação, discutiu-se sobre a situação da juventude trabalhadora, que não tem o direito à educação e ao trabalho garantido no capitalismo. Demonstrou-se o problema da restrição do acesso à educação superior pública e a necessidade do fim do vestibular. Destacou que a juventude oprimida é parte da família trabalhadora em que as mães e os pais

também foram, via de regra, obrigados a trabalhar desde cedo e não puderam seguir com os estudos, muitos dos quais sequer chegando a terminar o ensino médio, pois no capitalismo o estudo se torna incompatível com a brutal exploração do trabalho. Hoje, mais de um terço da juventude não estuda nem trabalha, os chamados “Nem-Nem”. Em sua maioria, os jovens que não estão desempregados, possuem vínculos precários de trabalho, como no telemarketing e entregadores de aplicativos. Além disso, a juventude oprimida tem arcado com violentas medidas impostas pelos governantes, como as contrarreformas trabalhistas, previdenciárias e o Novo Ensino Médio, que elimina disciplinas científicas do currículo e dificulta ainda mais o acesso da juventude oprimida à educação superior.

Na exposição da militante porista, destacou-se a opressão racial como opressão de classe. Mostrou que a opressão racial atinge diretamente as massas trabalhadoras, principalmente nos bairros pobres, como o Jardim Santo André, onde a escola está situada. Enfatizou que a juventude preta diariamente é preterida e reprimida, sofrendo com a opressão racial. E que a opressão racial é uma manifestação da opressão de classe, que atinge o conjunto dos explorados, negros, brancos etc. Colocou a necessidade de unir os explorados em torno de bandeiras como “trabalho igual, salário igual”.

Diante deste debate, um estudante fez uma fala perguntando aos seus colegas quantos ali já trabalham e uma boa parcela disse que estuda e trabalha. E ele queria saber o que fazer diante essa realidade. A militante da corrente proletária aproveitou para explicar que a juventude e os operários têm de unir suas forças na defesa do emprego para todos. Somos a classe que é explorada pelos capitalistas e a unidade da classe é através das suas reivindicações e dos métodos de luta. E para que haja emprego a todos é preciso defender: a redução da jornada de trabalho e, no caso da juventude, combinar os estudos com o trabalho. Daí a reivindicação 4 horas no emprego e o restante das horas na escola

e no lazer. Somente a luta coletiva, a luta de classes, pode impor essas e outras reivindicações. A Corrente Proletária estudantil também defende o acesso a todos os níveis de educação, portanto o fim do vestibular e de outros mecanismos que só servem para excluir a juventude pobre. Levanta a luta por único sistema de ensino, laico, público voltado à produção social.

Outro estudante tomou a palavra e retratou a situação da juventude que só se depara com trabalho precário e politicagem dos governantes que só aparecem nas eleições. Consultou sobre quem trabalha e a grande maioria dos presentes levantou a mão. O estudante recorreu a memória de Marielle Franco, como um exemplo de lutadora negra que foi assassinada por se levantar contra os opressores. Discutiu-se como o capitalismo suga o tempo que poderíamos nos desenvolver e separa quem pensa e quem faz.

Para concluir, os militantes aproveitaram para mostrar a importância da greve unificada do Metrô, Sabesp, CPTM e educação contra o plano de privatização de Tarcísio, no dia 28. Por fim, houve a fala de um morador sobre o Comitê Gestor de Saúde e as lutas em defesa da Saúde Pública.

Rio Grande do Norte

Em defesa da democracia sindical - Solidariedade aos delegados do SINDIFES perseguidos pela direção do sindicato (UNIR/CUT)

A Corrente Proletária na Educação - CPE/POR, manifesta total solidariedade aos companheiros Jane Marangon e Erivelton Ferraz, que estão sofrendo uma absurda perseguição política por parte da Direção do SINDIFES, ligada a UNIR/CUT.

Os dois camaradas foram eleitos pela assembleia do dia 19 de setembro, como delegados de base para a Plenária Nacional da FASUBRA, realizada em 30/09 e 01/10. Na Plenária, votaram de forma distinta dos delegados da maioria do SINDIFES na pauta sobre a tabela da carreira. Por causa disso, estão sendo alvo de um julgamento arbitrário colocado em pauta pela Direção do SINDIFES para a próxima assembleia do sindicato, que ocorrerá nesta terça (21/11).

Os trabalhadores estão sendo arbitrariamente acusados, por parte da dirigente do SINDIFES, Cristina Del Papa (UNIR), de supostamente ter “traído” a categoria por não terem votado conforme a deliberação da assembleia. É bom dizer que tal perseguição é parte da política da UNIR/CUT de fomentar a divisão da categoria e expô-la ao governo,

tentando anular a proposta de reestruturação da carreira aprovada na Plenária e já entregue ao Governo.

A eleição dos delegados para a Plenária da FASUBRA ocorre de forma proporcional. A política de a maioria impor uma deliberação na assembleia para “amarrar” os votos dos delegados da minoria é uma medida antidemocrática, arbitrária, que visa a cercear o direito da minoria se expressar em uma das mais importantes instâncias, que é a Plenária Nacional.

Condenamos veementemente a perseguição política aos dois camaradas por parte da direção do SINDIFES. A Corrente Proletária na Educação - CPE/POR faz um chamado às demais forças que constroem a FASUBRA a se solidarizarem com os dois camaradas, em defesa do direito democrático de expressão das minorias de base na Plenária Nacional e do princípio da proporcionalidade da eleição de delegados, que regem os estatutos da nossa federação.

35º CONSINASEFE – Reafirmou a política desagregadora da direção nacional do SINASEFE

Sem aprovação de Plano de Lutas, Consinasefe recebe passivamente mais uma enrolação do governo Lula/Alckmin

Entre os dias 15 e 19 de novembro ocorreu o 35º Congresso Nacional do Sinasefe (CONSINASEFE). Sob uma programação que não contribuiu com a organização da luta diante das enrolações do governo Lula/Alckmin, que até agora não atendeu às reivindicações da campanha salarial. A Corrente Proletária/POR atuou com banca, manifesto, falas e venda de jornal Massas.

No primeiro dia de Congresso, a base pressionou a direção para realizar um ato durante a reunião de negociação, no dia 16 de novembro. O ato ocorreu sem participação massiva dos presentes no Congresso, a direção não organizou a centralização e não disponibilizou ônibus para garantir a ampla participação dos servidores. Estavam no ato as direções da Fasubra e Andes. Apesar do ato, o governo se sentiu à vontade para reafirmar que não tem proposta e manteve a enrolação, dizendo que responderá em 15 de dezembro. Após algumas falas de indignação por causa do desaforo do governo, houve palavras de

ordem defendendo “greve já”. Lobão (PSOL), aproveitou para um discurso mais radicalizado, tentando se diferenciar do governo do PT. Enquanto a coordenadora geral do Sinasefe Elenira (PT) saiu em defesa do governo dizendo que “houve avanços na discussão das pautas não orçamentárias”, como a repressiva IN 54 que corta salário de grevista. O fato que avança é a ameaça de Reforma Administrativa, que fere principalmente a estabilidade dos servidores públicos.

Após a negativa do governo, a direção nacional conduziu a retomada do Congresso, com dois dias para discussão de um caderno sobre Políticas Educacionais e Culturais, sob uma discussão acadêmica, restrita a correção de termos e conceitos. Assim, tanto PT quanto PSOL, correntes majoritárias na direção nacional do Sinasefe, expressaram seu governo.

A Corrente Proletária participou do ato com cartazes, falas, manifestos e venda do jornal Massas. Expressou a defesa da

independência política diante do governo e da necessidade de construção da greve, com atos massivos de rua, para responder ao governo. Além disso, levantou cartazes de condenação do imperialismo dos EUA, que financia Israel no massacre à Palestina.

A CSP-Conlutas, que participou da reunião de negociação, convocou uma plenária da Central durante o Congresso, no mesmo dia do ato. Os informes da Conlutas só reforçaram que não se pode esperar que o governo atenda a pauta de reivindicações. A Corrente Proletária apresentou como proposta a necessidade de pressionar a antecipação da discussão das teses sobre Conjuntura e Plano de lutas, para que o Congresso servisse para responder às enrolações do governo, que já deixou claro que nada de significativo será atendido da campanha salarial. A proposta foi aceita pela plenária, composta pelo PSTU, Unidos para Lutar e POR. No entanto, PSTU achou que devia apresentar no início do plenário do Congresso no dia seguinte, isso facilitou para a direção nacional, que em plenário esvaziado defendeu a manutenção da programação, com mais um dia de discussão acadêmica do Caderno de Políticas Educacionais e Culturais. O argumento utilizado por Lobão (coordenador geral, PSOL) foi que a resposta ao governo seria discutida em reunião do Fonasefe, com as direções das entidades.

Como não houve nenhum espaço para discutir amplamente com a base as teses de Conjuntura e Plano de Lutas, a base que estava presente no Congresso ficou passiva, enquanto a burocracia sindical se reunia, onde decidiu a mobilização nacional em 28/11, sem paralisação. A direção nacional manobrou, afirmando que as teses seriam discutidas no sábado, mas o sábado (18/11), penúltimo dia do Congresso, foi dedicado apenas às teses estatuintes, que na realidade se estendeu até o último dia, sem conclusão. A CSP-Conlutas não insistiu em antecipar a discussão de Conjuntura e Plano de lutas, se adaptando às manobras da burocracia, e defendendo greve a partir de 2024. A Corrente Proletária defendeu a necessidade de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações, piquetes e atos massivos nas ruas. Que as centrais e sindicatos convocassem as assembleias e plenárias presenciais para construção da greve.

Teses de Paridade – Cláusula de barreira que engessa e fragmenta o sindicato entre gênero e funções (Técnicos e Docentes)

As teses estatuintes mostraram a política desagregadora do PT e PSOL, com propostas que ampliam a paridade, atualmente de gênero, para participação das Plenárias Nacionais, que deve ter a mesma quantidade de homens e mulheres das seções. Além disso, diante das diferenças salariais entre docentes e TAEs, percebe-se um movimento de fragmentação do Sinasefe, e foi apresentada a proposta de paridade também para docentes e técnicos, sobretudo na composição da coordenação geral; PSOL e PT se opuseram, mas essa cláusula foi aprovada.

A Corrente Proletária se opôs à paridade de gênero, com apresentação e defesa de tese. Também se opôs à paridade entre TAEs e docentes. Com relação à paridade de gênero, ela é utilizada como cláusula de barreira na construção das chapas que tentam disputar a direção da nacional e seções. No 33º Consinasefe, por exemplo, foi utilizada para barrar a delegação de mulheres de Araguatins-TO, porque a seção era composta por maioria de diretores homens. Neste Congresso, segundo a própria direção nacional, 6 seções foram impedidas de participar com delegados por não cumprir o critério da paridade. Assim, vimos servidores que constroem o sindicato serem impedidos de votar, podendo participar apenas como observadores. A defesa de nossa tese se baseou na defesa do fortalecimento do sindicato, e que será com mulheres e homens no sindicato que poderemos levantar as bandeiras que defendem a vida das mulheres, como creches no local de trabalho, além de ser o sindicato o instrumento para combater a escravidão das mulheres no lar (principal dificuldade para as mulheres construir o sindicato). Será pelas reivindicações levantadas que atrairemos às mulheres para o sindicato, não será com medidas administrativas, que servem de barreiras para a construção sindical e para a formação de uma burocracia feminista.

A burocracia sindical utilizou de difamação para calar a divergência política em torno à paridade. Após a defesa de nossa tese, organizou um grupo de mulheres para nos acusar de machistas. A nossa tese

ecoou em alguns servidores da base, que caracterizam a paridade como engessamento do sindicato e por servidores, que tiveram suas seções impedidas de ter delegação por causa da paridade. Um dos servidores fez a defesa da tese conosco, onde ele tinha observado que inicialmente 22 seções estavam impedidas de participar do Congresso por causa da paridade. Percebemos que muitas pessoas não se posicionaram ou defenderam o fim da paridade pelo constrangimento do feminismo burocrático, que após defesa fez um paredão de acusações que foram desde o PT ao PSOL, coletivos que dizem que são opostos, mas apenas com relação ao controle do aparato sindical.

GTs de Carreira – Engodo para distrair e tirar o foco da Campanha Salarial

A Mesa de Carreira, composta por Andes, Fasubra e Sinasefe foi realizada no último dia do Congresso. A pauta de carreira atraiu uma quantidade significativa de servidores. Pois, as direções sindicais ludibriam a categoria, sob o argumento de que com reabertura das mesas de negociações, basta a categoria apresentar a proposta, que o governo Lula atenderá. Chegou ao ponto de um dos representantes da Fasubra afirmar que foi a política sindical de apostar que as melhorias na carreira viriam dos métodos de luta que fez com que a Tabela de progressão salarial ficasse desatualizada, defendendo que agora é momento de uma política positiva do sindicato.

Apesar do amplo interesse da base em discutir a carreira, o Congresso se manteve antidemocrático, e só garantia à burocracia falas sem restrição de tempo. As falas da base foram de apenas 2 minutos. No entanto, fica cada vez mais difícil para burocracia sustentar que as propostas apresentadas (mesmo rebaixadas) serão conquistadas sem luta. Algumas falas criticaram os métodos da burocracia de “atos simbólicos” e greves de um dia. Uma das falas criticou a política distracionista de discussão de carreira enquanto Lula e Haddad já afirmaram que não tem orçamento; chamou atenção ainda sobre a meritocracia ilusória, visto que não adianta alcançar o topo da carreira com um salário defasado e apontou a importância de voltar a ter data-base do funcionalismo público, com correção salarial que vai além do indicado pelas direções sindicais (2010 a 2023).

A Corrente Proletária/POR defendeu que não é possível discutir carreira separada de salário. Que o alto número de exoneração, principalmente dos TAEs, só será combatido sob a defesa de que nenhum servidor tenha salário menor do que o do DIEESE, aproximadamente R\$6.500,00, distante da rebaixada proposta de três salários-mínimos defendidos pela burocracia, o que não combaterá a miséria e o endividamento dos servidores. A unidade dos servidores, contra a política de fragmentação entre TAEs e docentes, não se garante sob a manutenção de medidas meritocráticas. Os servidores da educação unidos devem construir uma pauta salarial que defenda as condições de vida de todos os trabalhadores, a começar sob a defesa dos que têm os menores salários. Os direitos e melhorias das condições de trabalho estão diretamente relacionadas com os métodos de luta. Os métodos de pressão jurídico-parlamentar levarão os trabalhadores à derrota.

É preciso retomar os métodos próprios de luta. Mas, a discussão do Plano de lutas foi realizada no último momento do Congresso, sem a apresentação e discussão das teses de Conjuntura. Uma delegada, junto com a Corrente Proletária, apresentou uma moção contra o massacre da Palestina. A falta da discussão das teses de conjuntura impediu que o Congresso respondesse de forma politizada à opressão de Israel à Palestina. Apesar do avanço da opressão no Brasil, sentido com as contrarreformas impostas pelo imperialismo: Trabalhista, Previdência, Novo Ensino Médio, e ameaça de aprovação da Reforma Administrativa, o Consinasefe não serviu para organizar um plano de lutas que expressasse a organização dos servidores contra estes ataques.

A luta pela revogação das contrarreformas e demais ataques aos trabalhadores devem ser feita nas ruas, com paralisação do trabalho. É preciso cobrar das direções de centrais, sindicatos e movimentos a organização de assembleias e plenárias presenciais de base, em defesa do emprego, salário, direitos, moradia e terra. Estas reivindicações unificam a maioria oprimida, o que cria condições para a construção de uma frente única anti-imperialista. Só assim iniciaremos a construção de uma real solidariedade ao povo palestino e a todo povo que sofre diariamente a violência e a mortandade. Isso só será possível sob os métodos próprios de luta, com greves, paralisações, piquetes e atos de rua.

São Paulo - Notas do Boletim Corrente Proletária

Atribuição de aulas: mais retirada de direito dos professores

A atribuição de aulas para 2024 será um grande problema para os professores. Tanto para os efetivos, como para os categoria F e O. Isso porque, além das barreiras já impostas há tempos como fechamentos de salas e restrições de contratos, a atual resolução de atribuição de aulas impõe critérios (tais como assiduidade e participação em cursos institucionais), que desprezam o tempo de magistério como critério único para a classificação.

Para o professor categoria O, é ainda pior. Os professores que têm seus contratos a partir de 2018 estão fora da atribuição inicial para 2024, segundo o que têm propagandeado as diretorias de ensino.

Não bastasse isso, há uma redução de aulas de Filosofia, Sociologia e Artes. A atual grade curricular, que já foi reduzida ano passado, foi tema de ampla discussão até pelos meios de comunicação da burguesia. A implementação dos itinerários formativos reduziu o número de aulas de várias disciplinas. O governo recuou em relação ao número de itinerários, devido ao fracasso destes e às inúmeras denúncias que repercutiram negativamente, mas manteve a essência privatista do Novo Ensino Médio e dividiu os professores ao reduzir o número de aulas de apenas algumas disciplinas (Filosofia, Sociologia e Artes).

A APEOESP, sindicato dos professores estaduais de São Paulo, deve lutar para a revogação do Novo Ensino Médio, por uma atribuição de aulas que tenha como único critério para a classificação o tempo de magistério e a efetivação de todos os professores contratados.

Tarcísio propõe o fim do ensino noturno

Há muito tempo, os governos têm tentado fechar o período noturno das redes públicas de ensino. Isso tem sido feito por meio da imposição de um número mínimo de alunos para abrir salas de aula e pela implementação das escolas de período integral (PEI).

As escolas têm resistido e têm mantido as salas do período noturno. No entanto, para o ano de 2024, há novas exigências para a matrícula do 1º ano do Ensino Médio Noturno. O estudante tem de ter, no mínimo, 16 anos e ter comprovante de trabalho. Isso para poder se matricular.

A juventude explorada não tem registro em carteira. A maioria está na informalidade e não tem como comprovar vínculo empre-

gaticio. O que impede a sua matrícula, segundo os critérios estabelecidos.

Como se vê, é mais uma forma de impedir a abertura de salas de 1º ano e, conseqüentemente, a continuidade de Ensino Médio Noturno na rede pública estadual.

Muitos estudantes ficarão sem estudar e muitos professores ficarão desempregados devido ao fechamento dessas salas de aula.

É preciso defender que não haja nenhum empecilho para que o estudante curse o período noturno. A realidade mostra a necessidade da permanência dessa modalidade de ensino.

Privatização das escolas

O governo Tarcísio lançou uma consulta pública, no dia 13 de novembro, para a construção de 33 escolas que deve ser realizada por meio das Parcerias Público-Privadas (PPP). A consulta irá até o dia 13 de dezembro de 2023.

O projeto visa a atender 35 mil vagas no Ensino Fundamental e médio em 29 municípios do estado de São Paulo.

O ultradireitista Tarcísio procura esconder a privatização, alegando que “a implantação do projeto visa a liberar a direção da escola de tarefas burocráticas, permitindo maior dedicação às questões pedagógicas, o que deve impactar positivamente a qualidade do ensino nas novas unidades. Já os serviços pedagógicos, ou seja, aquelas de conteúdo educacional, incluindo o planejamento escolar, direção da unidade, definição do material didático, entre outros, permanecerão de responsabilidade da Seduc.”

No entanto, está claro que a privatização da educação visa tão somente encher os bolsos dos capitalistas. Os exemplos de privatização dos serviços públicos mostram que a precariedade dos meses e o seu alto custo para os trabalhadores são inviáveis.

As escolas públicas estaduais sofrem com o abandono, falta de verbas e falta de funcionários. A resposta do governo para essa situação é a privatização.

O projeto é estruturado pelo BNDES, que tem como presidente o petista Aloizio Mercadante, é parte da política privatizante do governo Lula. Isso mostra que a privatização dos setores públicos é uma política de todos os governos burgueses sem distinção.

São Paulo

V Congresso Regional da Afuse, sob a política da burocracia Organizar e fortalecer uma oposição classista e de luta

O V Congresso regional da Macro Guarulhos foi realizado no dia 24. Iniciou com o Hino Nacional, numa clara postura nacionalista burguesa, e com as saudações de alguns representantes de sindicatos. Contou com deputado e vereadores do PT e com palestrante sobre a questão dos pretos e pretas.

Depois da fala do palestrante, foi aberto para as perguntas. Nesse momento, a Corrente Proletária interveio destacando três pontos: 1) a guerra do Estado sionista de Israel sobre o povo palestino e a guerra na Ucrânia. Defendeu o fim das guerras de dominação e a autodeterminação das nações oprimidas; 2) o plano privatizante do governador Tarcísio, que inclui a educação, e a não revogação das medidas privatizantes de Bolsonaro por parte do governo Lula,

entre elas o Novo Ensino Médio, bem como as novas contrarreformas tributária e administrativa de Lula; 3) que o Congresso tem a tarefa de aprovar um plano de lutas, visando a organização dos funcionários de escolas para enfrentar o ultradireitista Tarcísio/Feder. Ressaltou, assim, a urgência da Afuse convocar as assembleias para organizar a luta direta contra as medidas governamentais.

O expositor não se opôs às colocações do POR, mas procurou enfatizar que a reforma administrativa em São Paulo iniciou com Doria e que é preciso defender a estabilidade do funcionalismo. Ao contrário, a direção da Afuse questionou a intervenção, mentindo que o sindicato estava fazendo todo esforço para que o dia 28 houvesse uma paralisação dos funcionários de escolas.

Lamentavelmente, a direção da Afuse conseguiu impor sua política oposta à luta de classes. Não foi aprovado nenhum combate aos ataques profundos do governo de São Paulo, que avança as terceirizações nas escolas estaduais, amplia os contratos temporários, impõe a segurança privada os “guardas de patrimônios” e que mantém a redução de funcionários. Na realidade, o V Congresso Regional visou apenas o cumprimento do calendário, que se encerra em agosto de 2024 com um Congresso estadual. Isso ocorre porque não há um movimento de oposição enraizado nas escolas, capaz de combater a política conciliadora da direção petista da Afuse. A Corrente Proletária não ganhou ainda a força necessária para reunir a vanguarda descontente, que se manifesta nas escolas. Essa é uma tarefa urgente para poder recuperar o sindicato para a defesa dos trabalhadores da educação.

Apesar das limitações políticas, a Corrente Proletária pôde se diferenciar das posições petistas e, fundamentalmente da burocracia da Afuse. Distribuiu um documento contendo três pontos: 1) uma análise da conjuntura internacional, destacando o genocídio do povo palestino pelo Estado Sionista de Israel. E os movimentos que têm

ocorrido no mundo todo em favor da palestina; 2) a caracterização do governo Lula como burguês, incapaz de revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. A submissão das direções ao governo de frente ampla de Lula. E a luta pela independência política e organizativa dos sindicatos diante do governo Lula; 3) o Plano de Lutas. Eis: 1) Situação Internacional: Fim da guerra e do genocídio do povo palestino, pelo fim da guerra de dominação. Construir a Frente Única anti-imperialista. Por uma república socialista da Palestina, no Oriente Médio; 2) Situação Nacional: Que o V Congresso Regional Macro Região Norte aprove um chamado às Centrais, sindicatos e movimentos sociais para que convoquem um Dia Nacional de Lutas, com greves e bloqueios contra as demissões, fechamentos de fábricas, terceirização, e em defesa dos serviços públicos, contra as privatizações das empresas estatais. Pela revogação imediata das contrarreformas trabalhistas, previdenciária, a terceirização, reforma do ensino médio; 3) Que a Afuse organize a paralisação do dia 28 de novembro, contra o plano de privatização de Tarcísio do Metrô, Sabesp, CPTM. Contra o corte 5% dos recursos da educação. E em defesa das reivindicações dos funcionários de escolas e seus métodos de luta.

Rondônia

Estudantes da UNIR em luta pela abertura do RU

No dia 23/11, os estudantes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em assembleia decidiram ocupar a Pró-reitoria de Cultura, Pesquisa e Extensão (Procea) da Universidade e o prédio do restaurante universitário, que está construído e que ainda não está funcionando. A ocupação é pela reivindicação do funcionamento do restaurante que há tempos tem sido promessa de abertura e funcionamento pela reitoria da universidade. Outra reivindicação é a construção de restaurantes nos oito campi em todo estado. A UNIR é a única instituição de ensino superior da região Norte, que não possui restaurante, nem residência universitária em nenhum dos oito campi.

No dia seguinte, o reitor iniciou uma negociação com os estudantes, mas, tentou intimidá-los dizendo que iria gravar os rostos deles, como condição para realizar a reunião. Após a ameaça, os estudantes se pronunciaram com palavras em coro que nenhum estudante da ocupação fosse perseguido. Logo em seguida, o reitor responder todas as reivindicações enviadas pelo comando da ocupação.

No dia 28, os estudantes em luta ocuparam o refeitório do restaurante universitário e em ação simbólica de abertura e inauguração do restaurante, o comando de ocupação chamou todos os estudantes para almoçar e jantar pelo valor de R\$1 e aqueles que não dispunham deste valor, também tiveram direitos às refeições.

O movimento escolheu o dia 23 em defesa da abertura dos restaurantes universitários, exatamente na data de aniversário de 12 anos da greve vitoriosa de 2011, em que comunidade universitária da UNIR, que contou com a força estudantil, retirou o reitor corrupto, Januário Amaral.

A Corrente Proletária da Educação se solidarizou e fez parte do movimento estudantil combativo e defendeu:

Que a taxa para o RU deve ser “0” para os estudantes que precisam passar o dia na universidade; construção da residência universitária; assembleia universitária dos três setores, estudantes funcionários e professores para deliberações e reivindicações conjuntas, em defesa das condições e vida e trabalho e da educação pública e gratuita em todos os níveis.

São Paulo

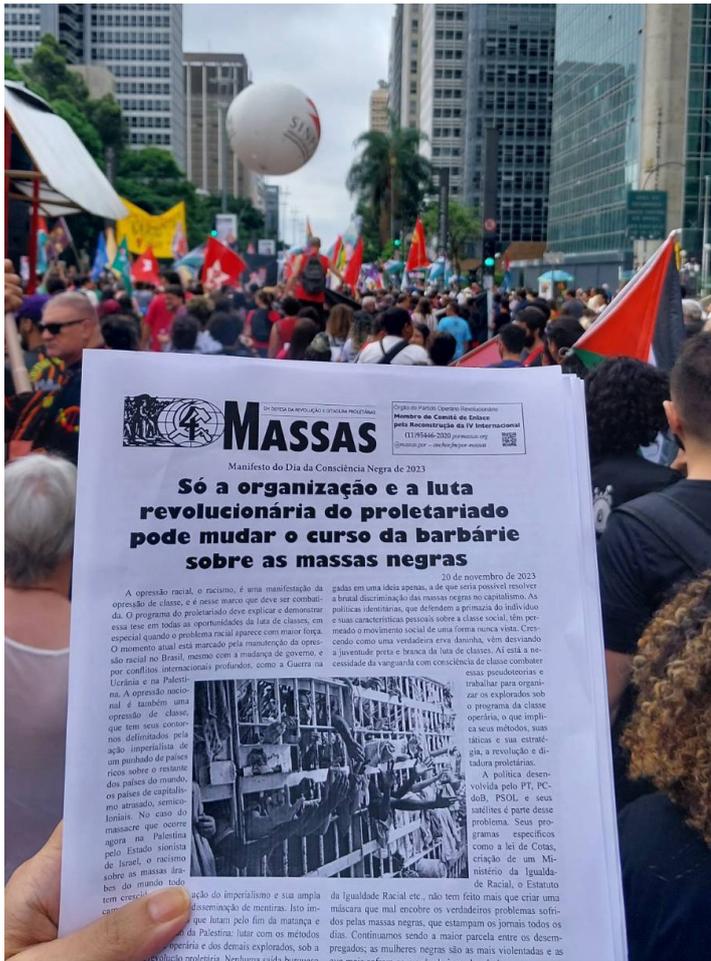
Dia da Consciência Negra é marcado pelo distracionismo e festividades

A manifestação do Dia da Consciência Negra, em São Paulo, foi marcada pela despolitização, distracionismo e festividades. Em contradição com a situação concreta vivida pelas massas negras, o movimento negro organizou uma marcha que foi tomada pela religiosidade e por um caráter de comemoração, ainda que falassem aqui e ali da opressão sofrida pela maioria preta e pobre do país

Nos discursos no carro de som privilegiaram os parlamentares e as organizações do próprio movimento, tentaram impedir a intervenção do POR com a justificativa de que não possuímos uma entidade especificamente voltada à questão negra. Insistimos que nossa defesa das massas negras está na defesa da classe operária e da maioria explorada e que aquele corte não fazia sentido. Depois de muita insistência, conseguimos nos inscrever e fomos deixados para o final da marcha. Esse burocratismo é reflexo da política desenvolvida por essas organizações, que se apoiam no identitarismo como forma de solucionar todos os problemas da opressão racial.



Nossa intervenção no carro de som expressou o choque entre a política identitária (burguesa) e a política classista proletária: ao concluir a intervenção, o militante porista puxou a palavra de



ordem, “é só fazendo revolução para acabar com toda forma de opressão”, ao que os militantes do POR e diversas outras pessoas seguiram entoando por mais duas ou três vezes. Nesse breve intervalo, uma pessoa no carro de som interrompeu a palavra de ordem dizendo algo como, ‘ôh esquerda revolucionária, tem uma mulher preta falando’, ‘a esquerda revolucionária também tem que deixar a mulher preta falar’ quando na verdade era o intervalo

entre uma fala e outra. A mulher que falava em seguida não tinha iniciado sua intervenção, mas não deixou de reforçar a censura da palavra de ordem. Esse caso pontual serve para extrairmos uma lição muito importante da relação entre o movimento negro organizado e a luta revolucionária contra toda forma de opressão.

Ao censurar a palavra de ordem, a direção do movimento mostrou que é contra ela, o que faz sentido já que acreditam que é possível minimizar ou resolver a opressão sobre os negros com a política identitária de “ocupar espaços de poder”. Não por acaso uma das bandeiras mais levantadas na manifestação foi a de que Lula indicasse uma mulher negra para o STF. A indicação de Flávio Dino por Lula alguns dias depois não será suficiente para acabar com as ilusões reformistas dessa direção. Defendem a ideia que o fim do racismo se dá através de dois pilares, educação e coerção. Ao censurar a palavra de ordem que era entoada não só pelo POR, mas por um conjunto de pessoas que estavam em volta, a direção se colocou em oposição aos revolucionários, revelando seu caráter reformista, mas para isso usaram a falsificação de silenciar uma mulher negra. Pelo contrário, as palavras de ordem revolucionárias e classistas é que foram constantemente silenciadas pelos batucques, pelas festividades, pelas músicas de axé etc., que foram entoadas ao longo de toda a marcha. Eis por que a tarefa de superar a crise de direção revolucionária do proletariado se estende a superação das direções reformistas e identitárias que estão a frente de quase todos os movimentos que reivindicam da luta dos explorados, movimento negro, de mulheres etc.

O POR participou da manifestação com sua banca de materiais, entre eles o livro “Resposta Marxista às Opressões”, onde apresentamos os fundamentos de classe das opressões sociais sobre os negros, mulheres, LGBTs e indígenas. Nesta obra, demonstramos a inconsistência das políticas que acreditam ser possível acabar com o racismo através de uma educação antirracista, já que a própria educação é uma expressão do modo de produção capitalista e jamais poderá emancipar a sociedade ou uma parcela dela. A vanguarda com consciência de classe deve estudar essas elaborações extraídas da luta revolucionária do proletariado, e combater, junto ao POR, todas as formas de desvio da luta das massas negras e brancas exploradas. Intervimos também com nossas bandeiras, com o jornal Massas e caixa de som própria, onde pudemos levantar as palavras de ordem classistas e revolucionárias.

Rio de Janeiro

Dia da Consciência Negra deixa claro o burocratismo das direções do movimento

O ato do Dia da Consciência Negra no Rio de Janeiro foi em Madureira, um bairro proletário da zona norte da cidade, onde a maioria da população é negra. As organizações do movimento negro têm chamado o ato de novembro neste bairro, por ele ser historicamente reduto das comunidades negras mais que o Centro da cidade, onde as manifestações costumam ocorrer. Mas o principal não muda, a falta de reconhecimento do caráter de classe na luta contra o racismo, mesmo em um bairro proletário de maioria negra, onde os trabalhadores compreenderiam facilmente esse fundamento.

Na concentração do ato, que estava bem pequena, foi dito que poderiam ser feitas inscrições para falas. O POR esteve no ato, entregou o Manifesto, mas foi impedido de subir no carro para esperar a fala. Quando as principais organizações terminaram suas intervenções o ato começou sua caminhada e os militantes presentes no carro seguiram falando com o carro em movimento, logo, pôde falar quem eles deixaram subir. Por conta de um problema de organização, tiveram de descer e falar na rua, na frente

do carro. Foi só por conta disso que conseguimos pressionar quem tinha o comando de liberar as falas para fazer uma intervenção. O boicote foi nítido. Enquanto vários militantes de organizações como UP, PSTU e Juntos puderam falar, fomos interrompidos e nos foi dado um tempo muito menor, como acontece com toda fala que é considerada mais radical e diferente da política da direção. Alguns militantes lembraram da questão racial e da guerra contra a palestina, mas novamente as direções dos movimentos negros mostram a falta de uma saída proletária, que una o proletariado e os demais explorados contra o racismo.

A manifestação reuniu poucas pessoas deixando evidente a ausência dos sindicatos e outros movimentos, que não trabalharam para que suas bases participassem. Trata-se da crise de direção revolucionária, que se manifesta nos mais diferentes espaços de luta dos explorados. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é superar essas direções burocráticas, centristas e reformistas, e formar uma direção classista e revolucionária para levar a cabo uma luta consequente contra toda forma de opressão.

Rio Grande do Sul

Um ato desvinculado das necessidades dos explorados, em particular das massas negras

O dia da consciência negra neste ano ocorreu em um contexto de aprofundamento da opressão racial pelo Estado burguês. No Rio Grande do Sul já está avançado o processo de privatização dos presídios, projeto político de Lula em aliança com o governo de Eduardo Leite. Em Porto Alegre, assistimos a repressão à ocupações e, destacadamente, ao quilombo Kédi, ameaçado de desmanche pela prefeitura. Na UFRGS, a reitoria interventora conseguiu impor a expulsão de quinhentos cotistas sem enfrentar resistência do movimento estudantil.

Diante desse cenário o esperado seria uma mobilização intensa e um dia de lutas em defesa das condições de vida das massas negras, mas na contramão do que exige essa realidade, nos deparamos com um ato festivo e de caráter carnavalesco, despolitizado e burocratizado pelos partidos que compõem o governo.

O POR compareceu com seu manifesto onde defende que apenas a organização e luta revolucionárias são capazes de combater a opressão racial consequentemente, explicando as

raízes da violência policial, do encarceramento, das políticas privatistas que atingem em cheio os explorados e da crise histórica de direção, a qual está na base da despolitização dos movimentos e da incompreensão sobre o caráter de classe da opressão racial.



Pernambuco – Recife

Marcha da consciência negra denuncia o racismo apesar da ausência da Coalizão Negra por Direitos e do MNU

O dia 20 de novembro de 2023 marca os 328 anos da morte de Zumbi, liderança do Quilombo dos Palmares. É um dia de afirmação da luta contra o racismo. Apesar das enormes ilusões despertadas pelos movimentos negros na eleição de Lula, sob o governo burguês de frente ampla o sangue negro continua sendo derramado nas chacinas nas favelas, nos territórios quilombolas e são os negros e negras os que mais sofrem com o desemprego, informalidade e todo tipo de violência. A Articulação Negra de Pernambuco convocou as manifestações, precedida por panfletagens e palestras em escolas. Seu chamado denunciava as mortes nas enchentes e reivindicava a expropriação dos imóveis. Denunciava a privatização dos presídios pelo governo Lula e exigia a suspensão de tal medida. E se colocava sob a linha da reparação por meio das ações afirmativas e fortalecimento, inclusive orçamentário, do Ministério da Igualdade Racial. Essa foi a linha predominante no ato, que chega a denunciar o governo Lula, mas não chama os explorados a organizar uma oposição revolucionária, abarcando setores do PSOL, PCB, PSTU e falas evasivas de representantes do MST e PT.

Os manifestantes marcharam até o pátio do Carmo, onde acenderam velas aos pés da estátua de Zumbi dos Palmares. Foi nesse pátio que a cabeça da liderança quilombola ficou em exposição após seu assassinato, em 1695. O ato foi bastante esvaziado, com algumas dezenas de militantes, sobretudo de partidos. Chamou a atenção a ausência de grande parte do movimento negro organizado, nem mesmo os movimentos culturais. A ausência se deve, sobretudo, ao governismo e à institucionalização crescente do movimento, sua estatização, que leva à integração ao próprio Estado burguês que perpetua a propriedade privada dos meios de produção e todas as opressões dela decorrentes, inclusive a racial. O MNU nem mesmo divulgou o ato, desdobrou a data em uma programação do mês da Consciência Negra, com ênfase nas festividades, sobretudo ligadas às religiões de matriz africana.

Não por acaso, a fundação Palmares organizou uma grande festividade no dia 20 de Novembro, no antigo território do Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas. Lideranças de todo o país, portanto, em vez de manter as marchas

nas ruas, participaram da festa promovida pelo governo. A fala de uma das participantes revela bem o sentido político. “A festa é importante nesse momento, porque nós tivemos quatro anos de profunda negação e desqualificação da luta das pessoas negras no Brasil contra o racismo”. O que não se diz, porém, é que mesmo sob o governo Lula, a opressão sobre os negros segue firme e forte.

A Coalizão Negra por Direitos esteve presente na festa, que integrou a programação do seu III Encontro Nacional, realizado de 18 e 20 de novembro, também em Alagoas. O tema foi: “Enquanto houver racismo, não haverá democracia: o Movimento Negro avança por Reparação e Bem Viver!”. Na festa do governo e movimentos negros organizados, a luta por libertação dos quilombolas é ritualizada, assim como a cosmovisão indígena do Bem Viver. Tudo para subordinar os oprimidos negros ao governo burguês de frente ampla de Lula e alimentar as ilusões quanto à reparação dentro do sistema capitalista.

O POR esteve presente com o manifesto do partido que afirmava que a opressão racial é de classe e que dizer que é paralela, só serve para iludir sobre possibilidades de resolver o racismo dentro do capitalismo, por meio de reformas. Fez uma fala denunciando o racismo e mostrando que para eliminar pela raiz é preciso lutar contra o capitalismo. Ecoou a denúncia da privatização dos presídios e chamou a unidade em um verdadeiro Dia Nacional de Lutas contra as privatizações, por empregos, salários e direitos. Relacionamos a opressão sobre os negros com a opressão nacional sobre o povo palestino e defendeu uma frente única anti-imperialista.

No mesmo momento em que marchávamos nas ruas denunciando a violência policial, com o grito de “Chega de chacina, PM na favela e Israel na Palestina” policiais do BOPE invadiram uma casa, na favela do Detran e executaram dois homens. Câmeras nas ruas registraram a ação. A população foi para as ruas e queimou pneus. Mais um exemplo brutal dos crimes de classe da burguesia. É urgente romper com o governismo, superar a crise de direção, e erguer um partido operário revolucionário que consiga unir a maioria oprimida do país, majoritariamente negra, na luta por suas reivindicações e pelo socialismo.

FORMAÇÃO POLÍTICA EM SÃO PAULO

Balanço do curso de formação política do POR, em São Paulo, sobre o conflito na Palestina

O POR realizou no dia 19/11 o seu curso de formação política permanente, que é mensal, com o tema “Estado sionista e guerra colonialista. Autodeterminação, frente única anti-imperialista e programa da revolução social”. A atividade contou com a participação de militantes do Partido e simpatizantes, e utilizou como referência o artigo publicado no Jornal Massas No 702, intitulado “A que ponto chegou a intervenção militar na Faixa de Gaza”. Um camarada fez uma breve apresentação do tema e da dinâmica do estudo coletivo, e logo os camaradas passaram à discussão dos pontos destacados.

Além de uma introdução contendo os acontecimentos do conflito desde sua eclosão, ocorrida no dia 7/10, os grupos debateram o papel da ONU diante do massacre, o bloqueio na fronteira da Faixa de Gaza pelo Egito, a posição do Brasil diante da crise, as falsas acusações de antissemitismo e, por fim, as bandeiras estratégicas levantadas pelo POR em relação à guerra na Palestina.

Sobre a ONU, destacou-se como acabou se convertendo em caixa de ressonância das disputas entre as frações da burguesia mundial, com o debate se restringindo ao humanitarismo e ao pacifismo, hipócritas e impotentes diante da matança promovida pelo Estado sionista e pelos EUA. A ONU é um instrumento do imperialismo, o que obriga os explorados a não confiarem em qualquer suposta saída progressiva a partir dessa entidade.

Quanto ao Egito, a conclusão dos camaradas foi a de que se trata de um país governado por uma ditadura submissa ao Estado sionista e ao imperialismo norte-americano. O bloqueio na fronteira (que só foi retirado para a passagem de feridos e estrangeiros no começo de novembro, depois do curso) foi caracterizado como uma manobra à serviço do objetivo de guerra do sionismo, favorável ao massacre dos palestinos.

O Brasil sempre seguiu a linha ditada pela ONU, defendendo a solução dos dois Estados. O PT, em particular, sempre teve, desde a sua origem, proximidade política com o Fatah-OLP. No conflito atual, Lula tentou uma teatralização, buscando se projetar numa posição de negociador, algo que foi inviabilizado pelo poderio do imperialismo norte-americano. A conclusão política sobre esse ponto foi a de que, no final das contas, o humanitarismo dos reformistas, que não choca na essência com a política do imperialismo, acaba contribuindo para o esmagamento da nação oprimida.

O ponto sobre o antissemitismo se iniciou com o relato das manifestações contra a guerra em todo o mundo, as quais obrigaram e ainda obrigam a poderosa máquina de propaganda ideológica do sionismo-imperialismo a uma forte campanha de mentiras, com o claro objetivo de frear o levante contra o massacre em Gaza. Uma das artimanhas utilizadas nesse sentido tem sido a confusão entre antissemitismo e antissionismo. O marxismo sempre combateu ambas as expressões do capitalismo apodrecido. A luta pela libertação dos palestinos envolve a tarefa de superar o antissemitismo, pois deve passar pelo combate a todas as formas de opressão, inclusive a nacional e racial.

O debate passou à ideia estratégica de que o proletariado mundial, e em especial as massas árabes-palestinas exploradas da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, é que deveria tomar a direção da luta pelo fim da guerra, constituindo a frente única anti-imperialista, lutando sob a bandeira de uma República Socialista da Palestina e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, fruto da revolução social. Daí a importância da construção do partido revolucionário naquela região e no mundo, o que só se dará através da reconstrução da Quarta Internacional.

O curso foi encerrado com uma rodada de informes sobre as lutas em São Paulo, com destaque para a marcha do Dia da Consciência Negra, que estava marcada para o dia seguinte (20/11), além da construção do dia de greve contra as privatizações (28/11), entre outras mobilizações, informes devidamente acompanhados das medidas organizativas correspondentes.

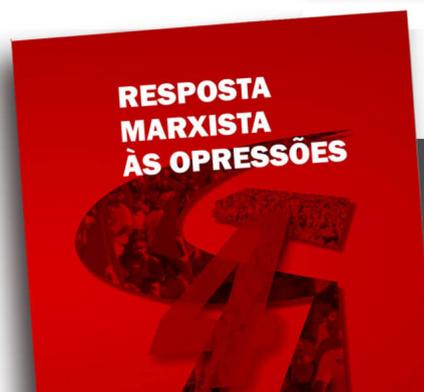
Adquira já com o distribuidor do Massas R\$ 5,00



Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Nesta edição:

- Reunião da direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Palestina

- Manifesto "Não basta a trégua";
- Intervenções do POR nos atos e comitês em defesa da Palestina.

Argentina

- Diante da vitória do Milei

Bolívia

- Após os resultados eleitorais na Argentina, dizemos:
Na Bolívia, os aspirantes a Milei não passarão (...)

América Latina - América Latina e a eterna história de pilhagem dos seus recursos naturais

Trotsky - Aprendam a Pensar;

- A Guerra e a Internacional, capítulo XI - A Época Revolucionária.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Nos dias 25 e 26 de novembro, realizou a reunião da direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, CERQUI, na Argentina. Discutiu-se a situação mundial em geral e as suas particularidades. Também fez parte das discussões, a situação nacional de cada seção, o funcionamento da direção do CERQUI, campanhas internacionais e publicações.

Destacaram-se, em especial, a caracterização da crise mundial de direção, as condições objetivas das quais emergem o programa da revolução social e a necessidade de reconstruir a IV Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista. Nesse sentido, se discutiu o imperativo das seções se dedicarem às campanhas internacionais, que no momento se concentram em torno à guerra do Estado sionista contra Gaza e a guerra a Ucrânia que se aproxima de dois anos.

Nessa luta, se exige o conhecimento das conquistas programáticas do Partido Bolchevique, do programa dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista, do Programa de Transição da IV Internacional e das imprescindíveis formulações programáticas da Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, voltadas a defender as conquistas da revolução de Outubro de 1917, a combater o revisionismo estalinista e a enfrentar com a revolução política o processo de restauração capitalista que ganhava terreno desde 1924.

A elaboração sobre a situação internacional se encontra sintetizada na Resolução abaixo. Cabe à vanguarda com consciência de classe estudá-la criticamente e colocá-la em prática.

I) Situação Internacional

A dinâmica dos acontecimentos decorrentes do acirramento da crise e da luta de classes reitera a evidência de que a crise da humanidade é a crise da direção do proletariado. O vácuo de direção, seja pela ausência ou fraqueza do partido revolucionário, facilita o desenvolvimento de respostas burguesas (fascistas) de ultradireita, que expressam a necessidade da burguesia imperialista precipitar uma destruição maciça das forças produtivas em oposição a outros setores burgueses que levantam bandeiras reformistas de um estatismo limitado para mitigar a agitação social, todos eles impotentes diante da crise estrutural capitalista e exteriorizam, de um lado, as lutas interburguesas e, de outro, as oscilações das massas exploradas na esfera da política burguesa, dada a ausência da resposta proletária revolucionária.

Essa questão é central para os trotskistas. O Programa de Transição afirma que a crise da humanidade pode ser resumida em sua crise de direção revolucionária, uma vez que as condições objetivas para a revolução estão mais do que maduras. Que corresponde resolver a questão subjetiva, colocar em pé a direção revolucionária.

As extraordinárias lutas da classe operária e das massas nas últimas décadas foram estranguladas, derrotadas ou desviadas pela ausência ou fraqueza da direção revolucionária. O problema

não é a falta de vontade de luta das massas, mas a ausência da direção que as oriente para a vitória.

Em todos os lugares há um debate sobre se as massas estão se movendo para a direita quando veem que os governos, as instituições da burguesia, seus partidos estão orientados para a direita. A realidade é que estes se chocam com as massas que estão se mobilizando, e às vezes de forma muito radical, contra o regime político. O que está se movendo para a direita é toda a superestrutura seguindo as pressões do grande capital imperialista. As massas estão desiludidas com as formas democrático-burguesas porque não resolvem os seus problemas, porque ameaçam as suas condições de vida e de trabalho.

Sob certas condições, as massas são levadas a votar em expressões da direita, acreditando que é assim que punem governos e partidos que se apresentam como defensores da democracia, responsáveis por políticas contra as massas. As disputas interburguesas tendem a provocar uma cisão nas massas. A política dos revolucionários deve ser sempre buscar a unidade da classe operária, romper com as políticas burguesas que dividem e separam uns dos outros. As tendências fascistas amadurecem, incubam-se na democracia burguesa. Isto confirma a tendência histórica para a emergência do fascismo como produto da decomposição do capitalismo.

É preciso entender como se expressa a crise de direção,

2) Crise de direção

sinalizada em 1938, às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

A Quarta Internacional estabeleceu-se como a direção que colocou a luta aberta contra a burocracia stalinista, postulou-se como a oposição revolucionária e criou a Quarta Internacional. Hoje, temos a tarefa de reconstruir essa direção, a Quarta Internacional, que foi dissolvida.

Houve uma devastação ideológica da classe operária, em grande parte por obra do stalinismo contrarrevolucionário, cujo trabalho destrutivo culminou na dissolução da III Internacional e na destruição da URSS, o que significou uma derrota colossal e um retrocesso para o proletariado mundial. É urgente retomar o marxismo-leninismo-trotskismo. Nesse sentido, o POR boliviano é uma exceção, porque construiu um programa, porque penetrou na classe operária, e é por isso que continua se mantendo como referência revolucionária para a classe operária.

A classe operária atingiu o ápice de sua elaboração teórico-política com a III Internacional, com o triunfo da Revolução Russa. A Quarta Internacional dará continuidade a esse legado histórico. No entanto, o stalinismo desenvolveu uma política criminosa de eliminação da vanguarda revolucionária e estrangulamento das

revoluções. Décadas de avanço na consciência proletária foram erradicadas. O trabalho posterior dos revisionistas do trotskismo completou esse quadro.

Houve um avanço muito grande do capitalismo contra todas as conquistas da classe operária. É imprescindível a luta da vanguarda para educá-la no marxismo, no domínio das ideias do proletariado revolucionário. A falência política de todas as correntes social-democratas, reformistas, stalinistas, centristas e nacionalistas abre espaço para agir com as ideias do marxismo que têm plena vigência.

Essa luta passa por derrotar o centrismo, que se torna um obstáculo à tarefa de construção partidária. O centrismo se acomoda a setores da burocracia e do parlamentarismo para crescer e sobreviver à sua sombra, sem combatê-los. A sua intervenção sindical é um instrumento para a sua política eleitoral. As experiências eleitorais recentes na Argentina, Brasil, Chile, Peru, Bolívia, Colômbia e México mostram o fracasso de suas políticas, como acabaram rastejando-se atrás do nacionalismo burguês ou das variantes reformistas. São uma criação da pequena burguesia que reflete a impotência na luta pelo poder.

3) Palestina

O Estado sionista tem de se expandir e continuar anexando territórios e para isso precisa usar a força militar para esmagar não só os palestinos, mas também os países vizinhos. Tal ofensiva conta com o apoio direto dos EUA e de sua aliança imperialista. Nessa guerra, a disputa pelos recursos energéticos também aparece.

Os explorados estão diante do agravamento da opressão nacional que se expressa no massacre e genocídio de um povo.

Tal ofensiva foi respondida pelas massas em todo o mundo com mobilizações multitudinárias de solidariedade ao povo palestino. Começou com os povos árabes e se generalizou. Estamos diante de um movimento internacional contra a opressão imperialista, que se generalizou abrangendo principalmente as grandes potências, especialmente nas que são cúmplices do Estado de Israel. Esse movimento é anti-imperialista porque se choca com a opressão nacional.

Para avançar, esse movimento mundial necessita que a classe operária se coloque como direção, com sua própria política. Porque é a única classe portadora de um programa que pode cumprir a tarefa democrática de libertação nacional. A nação oprimida, para se libertar definitivamente, está obrigada a se colocar no caminho da revolução social, da expropriação dos meios de produção do grande capital.

Este movimento é influenciado por posições burguesas democratizantes e pacifistas, alimentadas por governos e setores que incentivam uma solução negociada, onde os EUA fazem parte do acordo. Estas propostas já fracassaram há várias décadas e não há como avançar. Mais uma vez, a ONU mostrou que é um espaço subordinado aos interesses do imperialismo norte-americano, incapaz de responder aos grandes conflitos internacionais. Não há solução para a opressão nacional por essa via.

Salientamos a importância para os palestinos do rompimento das relações entre os governos da Bolívia, África do Sul, Jordânia, Belize e Turquia, entre outros, com o Estado de Israel. São medidas limitadas de política de Estado, pois não visam promover a luta contra o imperialismo em seus próprios países. A classe operária, colocando-se à frente da maioria oprimida, deve tomar

a solidariedade efetiva em suas mãos, lutando e derrotando o imperialismo em seu próprio país. Os sindicatos da Bélgica que boicotaram o envio de armas para Israel indicam o caminho nessa perspectiva de classe.

A resposta do imperialismo baseia-se na liquidação da resistência armada do Hamas. Há que impedir que consiga esse objetivo. Defendemos o Hamas, somente o povo palestino pode decidir o seu destino. A luta pela autodeterminação do povo palestino só pode ser sustentada pelo seu povo armado. É necessário unir a Palestina de Gaza com a Cisjordânia, unificar seus movimentos. Mas, não é apenas um problema do povo palestino, essa questão envolve os oprimidos do Oriente Médio.

Há um movimento burguês e pequeno-burguês que defende que a solução é repetir o caminho historicamente fracassado dos “dois Estados”. É uma impostura para manter a opressão depois do massacre que está sendo perpetrado. Não há solução para a questão palestina que não seja destruindo o Estado sionista, expulsando o imperialismo, criando uma República Socialista de Palestinos e Judeus no quadro dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

O grande movimento internacional deve manter a sua unidade para impor a retirada imediata das tropas israelitas de Gaza e a cessação dos bombardeios. Pela autodeterminação do povo palestino!

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

4) Ucrânia

O fracasso da “contraofensiva” do governo ucraniano marca os traços da atual situação e o impasse a que se chegou. As sanções contra a Rússia não surtiram os efeitos esperados. O conflito na Palestina ofuscou temporariamente a atenção para este conflito. Esse impasse tem consequências políticas que afetam principalmente o governo Biden devido à sua disputa com os republicanos e as críticas dentro de seu partido; enfraquece Zelensky, que perde credibilidade e se queixa constantemente que não recebe a ajuda prometida. Afeta também a Europa devido às consequências que esta guerra teve na sua economia.

Isso tem um impacto sobre os Estados Unidos, onde as divisões estão aumentando sobre como prosseguir, dificultando o financiamento e o envio de armas. O mesmo acontece na Europa, que foi duramente atingida por esta guerra. Há uma fratura entre os membros da OTAN, onde alguns países se recusam a colaborar com a Ucrânia. A proposta de incorporar a Ucrânia à UE gera várias rejeições entre os países-membros que se somam ao conflito, como é o caso da Polônia que reage ao trânsito de grãos ucranianos, da República Tcheca que não mais aceita ajudar militarmente à OTAN e da Hungria que não se juntou às sanções contra a Rússia.

Esta guerra resultou em um salto no militarismo dos EUA e da OTAN porque afetou um país importante da Europa, que fazia parte da URSS, com força militar, envolvendo as potências da Europa (Alemanha e França) que rejeitavam a extensão da OTAN à Ucrânia. Tendo falhado a contraofensiva, a OTAN tem de decidir envolver-se mais abertamente, o que não está disposta a fazer neste momento. Lembramos que o objetivo central dos EUA é a guerra comercial com a China e a escalada militar no Oriente.

A política da classe operária é acabar com a guerra, expulsar o imperialismo, expulsar a OTAN, conquistar a autodeterminação da Ucrânia, acabar com as imposições do FMI e dos oligarcas que destruíram e dividiram o país. Essas bandeiras podem cimentar e restaurar a unidade da classe operária e dos oprimidos da Ucrânia, que só podem ser impostas através de uma revolução social, com base em seus organismos soviéticos e na reconstituição de sua direção revolucionária. Esta tarefa faz parte do restabelecimento da unidade com a classe operária e oprimida da Rússia e da Europa Ocidental.

Após dois anos de guerra, chega-se a essa situação de impasse que ocorre no contexto do agravamento da crise mundial. Isso ressalta a importância da classe operária se organizar para enfrentar todas as formas de opressão de classe e nacional. Esta tarefa envolve a luta para superar a crise de direção, para construir partidos revolucionários e o Partido Mundial da Revolução Socialista.

LANÇAMENTO!

**GUERRA NA
UCRÂNIA**

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

**GUERRA
NA UCRÂNIA**
POSICÃO E RESPOSTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

5) América Latina

A dinâmica da situação política mundial vem arrastando América Latina para a guerra comercial entre EUA e China. Na última década, a China tornou-se um dos principais destinos das exportações e também a origem das importações. É também uma fonte de investimentos de capital. Os EUA estão determinados a deter esse avanço da influência, pressionando, criando crises políticas, colocando uma facção burguesa contra outra, sabotando setores da economia, manipulando o Judiciário, as mídias e as Forças Armadas.

Verifica-se um processo de direitização e fascistização no continente, abandonando as formas democráticas burguesas, como reflexo dessa crise. Devido à incapacidade de resolver os problemas das massas, todos os partidos e instituições do Estado são atingidos por crises e levam as massas a alternarem em suas eleições entre frações da burguesia, ora um pouco mais à direita, ora mais democratizantes. O que se mantém é que nenhum governo desfaz as contrarreformas conquistadas contra os oprimidos, dando continuidade a essas políticas. Isso porque a classe operária não pode impor sua própria política.

O crescimento da dívida pública e seus juros condicionam fortemente as economias, bloqueando ainda mais o desenvolvimento das forças produtivas. As burguesias têm sido incapazes de conter o parasitismo financeiro que devora seus orçamentos, e têm de descarregar sobre as massas, arrojando-as. O crescente déficit fiscal é enfrentado por governos que se endividam ainda mais. O aumento do endividamento é uma ferramenta usada pelo imperialismo para reforçar sua opressão.

As forças produtivas industriais não estão apenas estagnadas, mas retrocedendo. Fábricas são fechadas, trabalhadores são demitidos e não surgem novas. A classe operária está regredindo

fisicamente, está se tornando ainda mais precarizada. Nos países onde a indústria mais se desenvolveu, percebe-se como caiu a participação das manufaturas no conjunto da economia e participação nas exportações, ganhando espaço a produção e exportação de commodities, dando maior peso às oligarquias vinculadas ao agronegócio e ao extrativismo.

Nesse processo, as burguesias nacionais se adaptam e se submetem ao imperialismo, abandonando qualquer forma de resistência, é uma burguesia entreguista, privatista. O velho nacionalismo burguês com suas medidas estatistas está praticamente desaparecendo. Somente a classe operária pode adotar uma política consequentemente anti-imperialista de defesa da soberania nacional. A classe operária é chamada a se tornar a direção da nação oprimida, aplicando a tática da frente única anti-imperialista.

A polarização entre a extrema riqueza concentrada e uma maioria cada vez mais pobre e miserável tem características explosivas que a burguesia não poderá resolver. As forças produtivas são refreadas pelo parasitismo financeiro. Nesse contexto, se torna extremamente importante a luta em defesa das condições mais elementares de vida e trabalho.

Essas lutas tendem a se enfrentar com o Estado. A intervenção do partido revolucionário é fundamental, levantando a estratégia da revolução social, o governo operário-camponês, a luta pela autodeterminação das nações oprimidas, a luta pela unidade da América Latina na forma dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Em nosso continente, o CERQUI tem uma presença que a obriga a intervir decisivamente nessa perspectiva, com a possibilidade real de superar a crise histórica de direção.

O Manifesto abaixo publicado foi distribuído nas manifestações em 29 novembro - Dia Mundial em Defesa do Povo Palestino. O Partido Operário Revolucionário vem realizando uma campanha sistemática, seguindo a orientação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, CERQUI.



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS
MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

(11) 95446-2020

29 de novembro de 2023



Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Não basta a trégua!

**Israel deve retirar imediatamente suas forças armadas da Faixa de Gaza
Pelo fim da guerra!**

Em pouco mais de cinquenta dias de guerra, quando a Faixa de Gaza se acha em escombros e mais de onze mil palestinos foram mortos, se realiza uma trégua de poucos dias, para a troca de prisioneiros e entrada de “ajuda humanitária”. Israel e os Estados Unidos, amparados pelas demais potências imperialistas, esperam que os bombardeios e a ocupação militar chegassem a esse extremo, para depois armarem um acordo que pouco influirá na situação catastrófica que mortifica os palestinos da Faixa de Gaza.

O Estado sionista judeu se valeu de seu poderio econômico e militar para reduzir o território a escombros, golpear a população desarmada e impor a tortura coletiva da fome, da sede, da quebra do sistema de saúde, dos alojamentos campais e dos brutais deslocamentos familiares. Esses horrores ocorrem nas guerras, mas no caso da hecatombe descarregada sobre a Faixa de Gaza se passa de forma concentrada sobre um povo sem capacidade militar e uma massa humana desarmada. Trata-se de um massacre em um campo de concentração, em um apertado cárcere imposto a uma parte do povo palestino, que se acha dividido entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, onde também se desatou uma dura repressão à resistência que deixou mais de cento e cinquenta mortos.

A breve pausa nesta guerra de dominação é importante para aliviar a tortura da fome, da sede, da falta de medicamentos e de outros produtos essenciais. Esse é o principal ponto para os palestinos e para a resistência mantida pelo Hamas. A Israel, e em particular ao governo de Netanyahu, o importante é a libertação dos prisioneiros judeus apreendidos pelo Hamas em sua operação militar de 7 de outubro. Em Israel, milhares de familiares e manifestantes vêm protagonizando um embate com o governo de coalizão nacional para que não relegue os seus prisioneiros à condição de mortos por antecedência, que serviriam como mártires ao patriotismo sionista.

No mundo, milhares e milhares de manifestantes nos atos políticos se ergueram pela bandeira de fim imediato da guerra e contra a opressão colonialista do Estado sionista sobre os palestinos. O Brasil faz parte desse amplo movimento mundial, realizando manifestações regulares nesses mais de cinquenta dias de guerra. Poderia ser ainda mais potente, se as centrais sindicais e partidos como o PT se empenhassem para organizar os protestos. Estão presos à política de Lula de condenar igualmente o Hamas e Israel, bem como fazer demagogia com o humanitarismo e o pacifismo.

A realidade é que o Estado sionista impõe um genocídio aos palestinos da Faixa de Gaza, que é expressão histórica do colonialismo, que tomou a forma estatal desde 1948. A diretoria militar de destruir a estrutura urbana, golpear a população desarmada e fechar o círculo

de fogo com o corte de água, alimento, combustível, energia e produtos hospitalares é própria de uma ampla ação para varrer o povo que se interpõe e resiste sobreviver em seu próprio território, não cedendo à completa anexação de toda a Palestina.

Os sionistas negam que se trata de genocídio e acusam a luta de todos que não aceitam a descarada violência colonialista como sendo antissemita. Falseiam os acontecimentos históricos de implantação de um Estado que se encarregou de levar a expansão territorial ao ponto de espremer 2,1 milhões de palestinos na estreita Faixa de Gaza. Sua população e seu governo liderado pelo Hamas desde 2006 se tornaram prisioneiros de um campo de concentração, que não tem como ser negado, tantas são as evidências expostas pelo cercado de fronteira, pela poderosa vigilância militar-policial que se faz em terra e mar, pelo esmagador controle da vida econômica, pela privação do direito elementar de ter seu próprio abastecimento de água e energia e pela constante repressão ao movimento de resistência.

A Faixa de Gaza acabou sendo reduzida a um apêndice de Israel na forma mais brutal de um cárcere de um povo, que foi sendo expulso pela força do poder econômico e pelas armas dos judeus sionistas. Faz parte desse cárcere, de maneira um pouco disfarçada, a Cisjordânia, que, por sua vez, testemunha a farsa dos Acordos de Oslo de 1993, que foi montada sobre a base de uma outra farsa histórica que diz respeito à decisão da ONU de dividir a Palestina em dois territórios, que comportariam dois Estados convivendo pacificamente.

O movimento de ocupação sionista da Palestina se armou desde a Primeira Guerra, se consolidou na Segunda Guerra Mundial e se impôs com a edificação do Estado sionista, portanto, colonialista. O imperialismo inglês, com a Declaração Balfour, de 2 de novembro de 1917, concebida pelo ministro britânico Arthur James Balfour, expôs ao banqueiro Lorde Rothschild que estava de acordo que a Palestina seria o melhor lugar para se estabelecerem os judeus. Colocava-se fim ao Império Otomano e realizava-se a primeira partilha do Oriente Médio, traçando as fronteiras nacionais de acordo com os interesses e entendimento do imperialismo britânico. Neste momento, os judeus que se encontravam na Palestina não passavam de 8% da população. A imposição da diretoria de Balfour contra a própria decisão da Conferência de Paz de Paris, de 1919, que por sinal sequer contou com a representação árabe, se encarregou de negar o direito aos Palestinos de controlarem o seu território e se constituírem como Estado nacional. Estavam dadas as condições para iniciar a ocupação territorial por meio de um movimento migratório, que acabou violando todas as disposições de controle determinada pela própria administração inglesa.

A constituição de uma Agência judia deu à Organi-

zação Sionista a institucionalização necessária para invadir o território palestino com uma crescente onda migratória, sem a qual o pequeno número de judeus autóctones não poderia pôr em pé um Estado. Esse passo concreto, tipicamente colonizador, estabeleceu um choque entre os palestinos e os judeus forâneos, que se instalavam no território, apoiados pela força do capital e das armas. Sob a Agência judia, se organizaram na década de 1930 forças paramilitares – Haganah, Irgun Zvai e Stern – que passaram a praticar ações de terror contra a própria autoridade britânica da Palestina para romper os limites estabelecidos à migração e combater a resistência dos palestinos. Assim que se institucionalizou na ONU o direito dos sionistas se constituírem como Estado, a organização paramilitar Haganah se tornou uma força militar estatal, portanto, oficializando-se. Dava-se um poder de combate estatal dos sionistas aos palestinos, ocultando seu passado de organizações terroristas que estiveram na base da migração.

Os massacres e atentados anteriores a 1947 e 1948 foram decisivos para a consolidação do objetivo dos sionistas conquistarem a Palestina. Estimam-se que nesse processo foram deslocados cerca de um milhão de palestinos de suas terras e suas vilas. O que resultou, finalmente, na expatriação de milhões. Ben Gurion e Menahem Begin se destacaram como dois combatentes pela causa sionista, que, para tal, recorreram ao terrorismo e aos massacres. Poucos povos oprimidos tiveram de enfrentar esse percurso de opressão tão intenso e tão longo, marcado por constantes mortandades, que empaparam de sofrimento e sangue o povo palestino, e que levou à tragédia a Faixa de Gaza.

Os judeus foram um desses povos que finalmente arcou com a ascensão do nazifascismo e pagou com seis milhões de mortos no Holocausto. Antes, sofreu com os pogroms antisemita na Rússia czarista e toda sorte de discriminação em outros países. As lições do Holocausto foram de que o capitalismo gera todo tipo de opressão nacional e de classe. Assim se passou, não porque os judeus não tinham uma pátria, mas porque o capitalismo em decomposição chegou ao auge da barbárie na Segunda Guerra Mundial. A pátria pretendida pelos sionistas já não era possível, a não ser na forma de brutal dominação sobre outra nacionalidade, que calhou ser territorialmente a Palestina por sua história pregressa.

Não é possível fugir das leis da história. O estabelecimento artificial de um Estado para os judeus, em qualquer lugar que fosse, somente poderia ser obra do capital financeiro, de uma oligarquia capitalista e do imperialismo. O nacionalismo sionista e suas conotações bíblicas não tiveram como ocultar as forças reacionárias que os impulsionavam a reproduzir a velha opressão nacional. Embora as aspirações dos sionistas – arquitetadas por Theodor Herzl - tomassem forma no final do século XIX, foram precisamente definidas do ponto de vista prático no século XX, quando o capitalismo da época imperialista se firmava, e o nacionalismo instilado pelas potências se erguia como ideologia burguesa reacionária. É o que explica por que as teses do nacionalismo sionista alcançaram projeção entre as duas grandes guerras. Veio a triunfar na Segunda Guerra, em que os Estados Unidos se tornaram a potência hegemônica. Os interesses norte-americanos sobrepujaram os ingleses. Estabelecia-se o mais amplo e avançado domínio global do imperialismo. O Estado sionista se tornou um fator de grande importância para sua intervenção no Oriente Médio. O imperialismo inglês abriu caminho ao sionismo, e o norte-americano deu-lhe a forma final de Estado colonialista, portanto, militarista, mascarado pela democracia formal. Sem que tivesse a função de enclave dos Estados Unidos no Oriente Médio, não teria se viabilizado e se mantido em constante guerra com os palestinos e,

até certo ponto, com os países árabes.

O percurso sangrento da existência do Estado sionista, em última instância, é de responsabilidade dos Estados Unidos, das potências aliadas e em parte dos países árabes que capitularam depois das guerras de 1967 e 1973. À frente deles, o Egito, cuja feudal-burguesia acabou por colocar por cima do povo palestino os seus interesses particulares de convivência com o Estado sionista. O imperialismo foi a força decisiva que rompeu a tentativa de unidade nacionalista dos árabes e que possibilitou ao Estado sionista dividir os próprios palestinos.

Os Estados Unidos são os principais responsáveis pelo genocídio que se processa na Faixa de Gaza. Enviou seus navios de guerra para o Mediterrâneo, para dissuadir qualquer reação dos governos árabes e do governo iraniano. Biden fez aprovar no Congresso uma ajuda de bilhões de dólares para alimentar a guerra e, assim, favorecer a indústria de guerra norte-americana. Grandes interesses econômicos e comerciais, portanto, estratégicos, motivaram e ampam o massacre dos palestinos.

A invasão da Faixa de Gaza, a carnificina e o deslocamento de milhares de famílias do norte ao sul não têm data para acabar. Segundo Netanyahu, tudo depende de alcançar o objetivo de destruir o Hamas e colocar o povo palestino de joelho diante do Estado sionista. É com esse cálculo que as Forças de Defesa de Israel voltam à carga depois do breve respiro.

O movimento mundial de luta contra o genocídio e pelo direito dos palestinos à autodeterminação vem assumindo uma feição anti-imperialista. Os povos oprimidos e os explorados que suportam o peso do capitalismo em decomposição nos países opressores, imperialistas, estão em choque com a destruição da Faixa de Gaza e com a matança. É nesse marco que os Estados Unidos procuram se livrar da responsabilidade e comparecer como mediador capaz diminuir a carnificina, obter um acordo de troca de prisioneiro, promover a abertura da fronteira egípcia para a chegada do “auxílio humanitário” e iniciar discussões sobre uma forma de compensar os palestinos diante da brutal dominação sionista.

Chegou a hora do “humanitarismo” confundir as massas mundiais que rechaçam o morticínio e exigem que Israel pare de bombardear, se retire da Faixa de Gaza e permita que os próprios palestinos recuperem suas forças como nação oprimida. As ilusões sobre a constituição de dois Estados dificilmente serão realimentadas. A questão palestina diz respeito não apenas aos palestinos, mas também aos explorados árabes e iranianos. Esta crise no Oriente Médio é parte da crise mais geral que vem abalando o capitalismo mundial. Está intrinsecamente vinculada à guerra na Ucrânia, aos recentes conflitos na África e ao choque dos Estados Unidos com a China, no Oriente.

É preciso travar o combate pelo fim da guerra sob a perspectiva de classe. Não haverá paz entre o Estado judeu e os palestinos, e a situação convulsiva do Oriente Médio não será resolvida, tende a se agravar com as disputas intercapitalistas. As condições objetivas da crise reergueram a estratégia proletária da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. É com esse programa revolucionário que se desenvolverá a luta pela recuperação do território da Palestina pela nação oprimida. A classe operária palestina, judia e árabe devem se colocar pelo fim da matança. Esse objetivo conduz à luta por constituir uma República Socialista da Palestina.

***Pelo fim imediato da guerra!
Fora o imperialismo do Oriente Médio!***

Intervenção do Partido Operário Revolucionário nos atos do Dia Mundial em Defesa do Povo Palestino

Manifestação em São Paulo retoma o caminho da unidade



No último dia 29, aconteceram pelo país diversas manifestações em apoio e solidariedade ao povo palestino, que neste momento sofre um massacre das forças colonialistas do Estado sionista de Israel. A manifestação de São Paulo aconteceu em frente ao MASP, na Av. Paulista. Apesar do número de manifestante ter sido menor, expressou a luta internacional contra o genocídio praticado pelo Estado sionista de Israel.

Essa manifestação se diferenciou das demais que ocorreram em São Paulo pela unidade da luta anti-imperialista e antissionista. Eis por que foi garantida a democracia frentista. Todas as correntes fizeram uso da palavra no carro de som.

A característica que permaneceu em relação às outras manifestações foi aquela apontada pelo POR em sua intervenção: a ausência da classe operária e demais trabalhadores organizados enquanto classe. Foi uma manifestação de vanguarda, com a presença das diversas correntes e com representações sindicais, mas a classe organizada a partir de suas assembleias nos locais de trabalho, com suas bandeiras próprias, com a vinculação de suas reivindicações com a defesa do povo palestino etc., tudo isso permaneceu ausente.

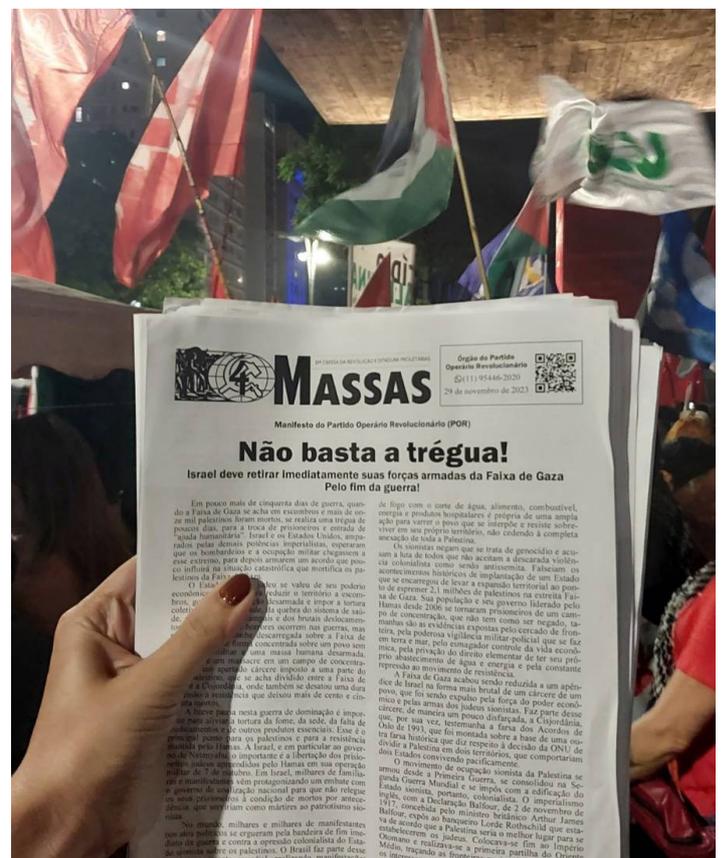
O Partido Operário Revolucionário (POR) foi o primeiro a fazer uso da palavra, apresentando nossa campanha com o boletim Nossa Classe nas fábricas e nas colagens de cartazes nos corredores fabris; ressaltando a importância das grandes manifestações que têm acontecido pelo mundo e apresentando nossa crítica às direções sindicais que estavam ali apenas como representação. Esse fundamento de classe esteve ausente das demais intervenções, que centraram nos acontecimentos em Gaza, no combate à mídia burguesa e na cobrança mais ou menos dura de que o governo Lula rompa as relações com Israel. Acontece que desde o dia 4 de novembro, quando houve uma grande manifestação chamada internacionalmente, diminuiu a presença de manifestantes nos atos. É preciso mudar esse quadro, e os poristas apresentaram o caminho, eis um trecho da intervenção:

“[...] A principal expressão da resistência internacional contra esse massacre tem sido as amplas manifestações pelo mundo todo, e no Brasil tem também acontecido manifestações importantes. Mas mais importante ainda, é o que falta nessas manifestações: falta a classe operária e os demais trabalhadores estarem organizados enquanto classe, para participar dessas manifestações com seus métodos próprios de luta. Por isso, nós defendemos que os sindicatos, que as centrais sindicais e os movimentos estudantis ingressem de fato nessa luta, estamos vendo aqui bandeiras da CUT, CTB e da Conlutas, e essas bandeiras são importantes, mas mais importante que a representação dos sindicatos, é que os sin-

dicatos convoquem as assembleias nas fábricas, que paralisem a produção, que discutam com os operários para que eles possam participar dessas manifestações, com seus métodos próprios com as greves, com as ocupações, com as manifestações massivas, com os bloqueios de vias, é assim que nós vamos combater esse massacre que está acontecendo com o povo palestino. [...]”

Além disso, o POR distribuiu um manifesto no ato, com o título “Não basta a trégua”, que foi bem recebido pelos presentes. A militância organizada e ativa tem se colocado à frente do combate pelo fim imediato da guerra, pela retirada das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza, pela autodeterminação do povo palestino e pela luta revolucionária por uma Palestina uma, regida por uma República Socialista. A unidade das massas árabes em combate pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio é a condição para derrotar a opressão imperialista encarnada pela hegemonia norte-americana e pelo colonialismo genocida do Estado sionista de Israel.

O POR compreendeu desde o início do choque iniciado em 7 de outubro, quando o Hamas realizou uma operação militar em Israel em resposta à violenta opressão sofrida pelos Palestinos da Faixa de Gaza, e passou a dedicar todas as suas forças para organizar uma frente única anti-imperialista. As manifestações em São Paulo e em vários estados do Brasil ecoam e fazem parte do gigantesco movimento mundial que há tempos não se via com tamanha contundência e repercussão, em claro choque com o imperialismo encabeçado pelos Estados Unidos. É importante, porém, deixar claro que a classe operária ainda não tomou a frente do combate anti-imperialista, devido à profunda crise de direção. O POR luta no interior da frente única anti-imperialista com o objetivo de expressar o programa e a política revolucionária do proletariado.



Pernambuco - Recife

Comitê de Solidariedade Palestina-Pernambuco realiza debates, panfletagens e terceiro ato pelo fim do genocídio

No dia 29 de novembro, foi realizado o terceiro ato contra o genocídio do povo palestino, desde a nova ofensiva israelense após a ação de resistência do Hamas, de 7 de outubro. O ato contou com cerca de 300 manifestantes. Certamente, seria possível agregar mais caso as centrais sindicais, entidades estudantis e direções de movimentos sociais rompessem com a indiferença e inércia. Quando muito, estas entidades enviam apenas um ou outro representante para os atos. Mesmo sem a presença massiva da juventude e com a ausência do proletariado, a manifestação teve um caráter combativo e democrático.

Todas as linhas presentes na frente de solidariedade ao povo palestino puderam se expressar. O PCO estendeu uma enorme faixa com os dizeres 1000% com o Hamas, em sua fala denunciou as mentiras do sionismo e imperialismo e saudou a resistência palestina. O Mangue Vermelho (A Nova Democracia) expressou sua análise de que a resistência armada na palestina tem obtido vitórias significativas e clamou “Palestina resiste, Palestina triunfará”. O PSTU defendeu uma Palestina laica, democrática e não racista. Fernando Ferro, ex-deputado federal pelo PT fez uma fala que implicitamente responde às críticas feitas no interior do comitê à linha do PT que condena igualmente Israel e Hamas. Ferro diferenciou a violência do opressor e do oprimido, responsabilizando os colonizadores pela resposta violenta dos colonizados. Correntes do PSOL e o MRT deram destaque à exigência de que o governo Lula rompa os acordos econômicos, militares e diplomáticos com Israel. Integrantes de organizações muçulmanas denunciaram o massacre de crianças e as mentiras da mídia monopolista. Nota-se, portanto, um conteúdo democrático, de denúncia, mas que, não aponta a classe capaz de libertar a Palestina da opressão sionista e imperialista.



A fala do POR denunciou a hipocrisia da ONU em criar, em 1977, um dia nacional de solidariedade ao povo palestino, celebrando a aprovação da resolução 181, de 1947, que criou as bases para que no ano seguinte se erguesse o Estado sionista de

Israel. Mostrou que o imperialismo estadunidense, assim como as demais potências, são responsáveis por toda a violência na região, pois criaram artificialmente o Estado de Israel como enclave militar de olho nas riquezas naturais e no controle geopolítico do Oriente Médio. E afirmamos que não haverá nenhuma libertação da Palestina pelas mãos da burguesia, sejam suas alas sionista, humanitária, ou pelo nacionalismo burguês ou pequeno burguês. A saída só pode ser pela via da revolução proletária. Distribuímos também nosso

manifesto que defende uma Palestina socialista, parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

O ato iniciou na praça do Derby e marchou mais uma vez até o Consulado dos Estados Unidos, onde houve uma denúncia sobre os 17 mil mortos. Por fora das ações do Comitê, houve a queima das bandeiras dos EUA e Israel. Todos entoaram juntos gritos de “Estados Unidos, Estado assassino, financia o massacre palestino” e “Chega de chacina, PM na favela e Israel na Palestina”.

Compartilhamos o texto que unificou a frente anti-imperialista:

“O comitê de solidariedade à Palestina está nas ruas hoje, no dia internacional de solidariedade ao povo palestino, com milhares de manifestantes no Brasil e no mundo. Dizemos em alto som: Basta de genocídio do povo palestino. A cada 9 minutos uma criança palestina é assassinada. Já são mais de sete mil crianças mortas, Parte dos 17 mil palestinos assassinados pelo



R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

Lênin estrategista da revolução proletária
Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova Coleção Editorial

Estado genocida e sionista de Israel. Com hospitais bombardeados, sem água, sem luz e sem internet, a faixa de Gaza está cercada e sob invasão. São 75 anos de Genocídio!

Estamos em frente ao consulado dos Estados Unidos porque o imperialismo financia o massacre do povo palestino.

A trégua temporária foi um primeiro fruto das mobilizações internacionais e da resistência palestina. Não podemos parar! Ainda há milhares de presos políticos palestinos, incluindo centenas de crianças.

Exigimos: Governo brasileiro, rompa todos os acordos com o Estado genocida e sionista de Israel. O Brasil compra treinamento militar e armas israelenses! As armas que matam os palestinos são as mesmas que matam o povo negro no Brasil. Trabalhadores no mundo estão boicotando o envio de armas para Israel. Judeus são perseguidos por lutar contra o sionismo. Temos que fortalecer todas as ações de solidariedade ativa. Que grandes centrais sindicais brasileiras, como a CUT e entidades estudantis como a UNE atendam ao chamado dos sindicatos palestinos e fortaleçam a solidariedade de massas.

Basta de genocídio! Lutaremos pelo cessar fogo permanente e seguiremos lutando até o fim por uma palestina livre do rio ao mar! Viva a resistência heroica do povo palestino!"

Articulações e mobilizações prévias ao ato

No dia 15 de novembro, o comitê se reuniu para avaliar o ato anterior, debater os rumos da luta contra o genocídio e preparar o novo ato. Por insistência do Partido Operário Revolucionário (POR), a reunião foi presencial, o que permitiu uma reunião mais concentrada e politizada. Diante do informe de que haveria uma reunião nacional dos comitês, no dia 17, aprovamos a proposta do MRT de encaminhar uma carta com o conteúdo de nossa campanha que tem se diferenciado de outros comitês pela exigência ao governo Lula de ruptura dos acordos; pela defesa incondicional do direito de resistência do povo palestino; pelo rechaço à campanha "antiterrorismo"; pela denúncia do imperialismo estadunidense; e pelo destaque às ações do proletariado e juventude, no mundo, que se erguem como barreiras ao envio de armas e à continuidade do massacre.

Acrescentemos a seguinte explicação na divulgação da carta em nossas redes: "A bandeira de ruptura dos acordos entre Brasil e Israel não tem sido levantada pelo POR, uma vez que uma parcela da frente que compõe o movimento

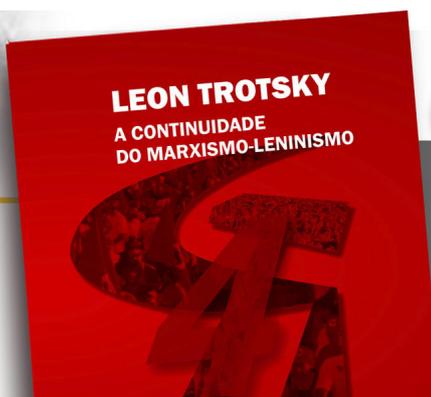
tem procurado conduzir a luta para o campo das instituições estatais e da ONU. É importante reforçar as denúncias ao imperialismo, sem deixar de demonstrar a impotência dos Estados e governos burgueses que se apegam a uma solução humanitária e procuram ocultar a responsabilidade dos Estados Unidos. Porém, trata-se de uma reivindicação democrática, que pode ser útil caso não crie ilusão na variante burguesa que se prende à ONU para negociar uma solução à matança. Seguimos, nessa campanha, evidenciando que a luta em defesa do povo palestino é uma luta anti-imperialista. Apoiamos todas as ações voltadas a interromper imediatamente a agressão do Estado sionista e ressaltamos a importância de erguer uma Frente Única Anti-imperialista, tendo como objetivo expulsar o imperialismo da região por meio do armamento das massas palestinas e o levante dos oprimidos do Oriente Médio. Denunciamos que a Palestina não será livre pelas mãos de nenhuma ala da burguesia, seja ela imperialista ou nacionalista. Será necessária uma revolução proletária, que erga um governo operário e camponês e se projete para a região, sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio."

A reunião também aprovou a confecção de um panfleto unificado, com tiragem de 15 mil exemplares. O que se desdobrou em ações de mobilização e agitação na UFPE, IFPE, bairros periféricos, locais de trabalho e outros espaços. No dia 22 também foi realizado um debate na UFPE, organizado pelo Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais com a Aliança Palestina-Recife. Foi possível detalhar as raízes históricas da opressão sobre o povo palestino e pudemos expressar nossa linha estratégica. O debate despertou a fúria de setores sionistas de dentro e fora da universidade e uma campanha de ataques virtuais. O maior incômodo foi por ser uma atividade que se posicionou claramente em defesa da resistência palestina, sem concessões ao humanitarismo ou à campanha "antiterrorismo" impulsionada pelo imperialismo e ecoada pelos meios de comunicação monopolistas.

O Comitê convocou uma plenária aberta a todos que queiram apoiar a causa, uma forma de driblar o bloqueio das grandes organizações sindicais, estudantis e populares e dar continuidade às ações unitárias. Será no dia 08 de dezembro, às 14h30, na sede da UESPE. O POR segue na linha de frente única anti-imperialista, junto a outras organizações, impulsionando essa luta anti-imperialista, tendo como princípio o internacionalismo proletário.

Publicado o livro: **LEON TROTSKY** **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato".



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Rio Grande do Norte - Natal

Ato internacional em solidariedade ao Povo palestino

Pela terceira vez, acontece o ato em solidariedade ao Povo palestino em Natal-RN (na calçada do shopping Midway), por meio do Comitê Potiguar de Solidariedade ao Povo palestino. Chama a atenção, porém, a visível perda de força do ato em relação ao anterior, com menos presentes. Isso tem uma explicação.

Nas últimas reuniões do Comitê, as forças políticas presentes alimentaram uma expectativa e um compromisso de mobilização para que, desta vez, o ato do dia 29 seguisse em caminhada. Para isso, era necessário o empenho das correntes e partidos em cumprir os encaminhamentos mínimos de mobilização, como passagem em sala na universidade, panfletagem em pontos movimentados da cidade, além da divulgação online. Porém, nada disso foi feito. O POR comprometeu-se com a panfletagem e passagem nas salas da universidade, mas as correntes se esquivavam quando se fazia o apelo para que compusessem a mobilização.

Era inevitável, portanto, que a expectativa de ter caminhada seria frustrada, por falta de mobilização. O ato acabou concentrando menos de 60 pessoas na calçada do shopping. Essa apatia era evidente até no cumprimento da panfletagem tirada para ocorrer 1h antes do ato (às 16h), pois só foi cumprida pelo POR e por um representante do mandato do vereador Daniel Valença (PT).

Estiveram presentes apenas destacamentos da militância do PSOL (Juntos, LSR e o presidente do partido no RN), a Comunidade Palestina do RN, MRT (Fáisca), PSTU, PCB, PCB-RR, mandatos de vereadores do PT e PSOL, além de simpatizantes da causa e ativistas. Permanece a ausência dos sindicatos e Centrais Sindicais, o que contribui para o isolamento do Comitê.

Nas intervenções de fala, o MRT interveio duas vezes. Na primeira, leu um poema cuja a tônica foi um típico conteúdo de sentimentalismo pequeno-burguês sobre os massacres, e criticou a demora de Lula ter condenado Israel (em palavras). Na segunda intervenção, leu outro poema e criticou o mundo e fundo, como o DCE, sindicatos etc., exigindo empenho para uma real mobilização, com caminhada. Tudo isso hipocritamente, pois o MRT nada fez para ajudar na mobilização, se esquivando das responsabilidades frentistas. Esse método literário de se colocar diante de uma feroz matança é tipicamente pequeno-burguês.

O Presidente do PSOL, Júlio Pontes, chegou a falar em internacionalismo e solidariedade internacional, que é “fundamental que essa luta se desenvolva”. Reivindicou que o “Governo Federal rompa imediatamente com o Estado de Israel”, e finalizou com um “vida longa ao Comitê Potiguar de Solidariedade ao Povo Palestino”, mas sabendo que se depender do Comitê não haverá sequer força para realizar mais um ato. A LSR falou em solidariedade internacional, com a “classe trabalhadora como solução”. Um militante que dizia ser do PCdoB, que estava de passagem e soube por acaso do ato, pediu a palavra para criticar a ação do Hamas do dia 07/10, chamando-a de organização terrorista.

Esse imbecil tentou manchar o Ato se colocando no campo do sionismo. Em seguida, o representante do mandato do vereador Robério Paulino (PSOL) afirmou que é uma vitória do povo palestino o fato de Israel ter de fazer um acordo de cessar fogo com o Hamas, comparando com afirmação de Netanyahu de que iria acabar com o Hamas e que agora foi obrigado a fazer tal acordo.

O POR interveio caracterizando o Estado sionista de Israel como um Estado criado artificialmente pelo imperialismo e que os EUA são o grande responsável pelo massacre do povo palestino. Defendemos um levante das massas como parte do processo de revolução social na Palestina, como parte da tarefa de erguer os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Abaixo, segue a transcrição de nossa intervenção no ato:

“Companheiros, nós do Partido Operário Revolucionário, afirmamos que o Estado de Israel é um Estado sionista, é um estado artificial criado pelo imperialismo.

Companheiros, é impossível a convivência de dois Estados. Nós sabemos que o imperialismo age de forma a oprimir o povo da Palestina. Arranca-lhe as terras e impõe, através dos Estados Unidos, um poderio militar, econômico, ideológico em todo o território da Palestina, como controle de todo o Oriente Médio. Diante da situação, companheiros, não tem como não responder com o levante popular, com a revolução proletária socialista em defesa da Palestina. Parte de hoje, deste ato.

Nós do Partido Operário Revolucionário consideramos a solidariedade de classe ao povo palestino. Diante disso, os companheiros têm de defender um levante das massas palestinas e de todo o Oriente médio a favor de uma Palestina socialista e que é parte de todo o Oriente Médio que será também socialista. Diante da repressão dos Estados Unidos e do Estado de Israel, o Estado sionista, companheiros, temos que dizer “Fora Estados Unidos de Oriente médio. Abaixo o Estado Sionista de Israel”. É este o recado que o Partido Operário Revolucionário traz aqui, dizer em Natal e todas as suas falas em solidariedade ao povo palestino. À unidade, à revolução socialista mundial, com a construção da IV Internacional.

Viva o Povo Palestino! Abaixo o Estado sionista! E fora os Estados Unidos do Oriente Médio!”



Comitê Potiguar de solidariedade à Palestina realiza aula pública na UFRN

A aula pública ocorreu no dia 23/11, no Centro de Convivência da UFRN. Contou com a participação da vanguarda dos partidos (PSOL, PCB, PCB RR, POR, MRT, PSTU, PCR), além de emigrados ou descendentes palestinos.

O debate iniciou com a saudação dos partidos. Em seguida, houve duas palestras. A primeira foi de Muhamad Tawfik, palestino brasileiro nascido em Nazaré e membro do Centro Islâmico de Natal, que fez uma exposição descritiva sobre os fatos históricos e a conjuntura atual. A segunda palestra foi com Michelle Ventura, observadora internacional de violações de direitos humanos na Palestina pela WCC/EAPPI, que fez um relato sobre a opressão que presenciou de Israel sobre os palestinos na Cisjordânia.

Houve também falas dos emigrados e descendentes de palestinos, como a de um jovem da quarta geração de descendentes em Natal, que defendeu claramente o direito dos palestinos de resistir ao Estado Sionista.

No início, e também no final, ocorreram as falas dos partidos. Em geral, predominaram as denúncias diante do massacre, além da defesa de que o governo rompa as relações diplomáticas com Israel. O MRT acrescentou o rompimento das relações econômicas e militares. Tais bandeiras, colocadas de forma isolada, sem vincu-

lar com a luta anti-imperialista e a estratégia revolucionária, são limitadas. O PCdoB destoou da fala dos demais ao defender a solução dos dois Estados, o que é impossível, uma vez que o Estado sionista tem como essência o caráter anexionista.

O POR, em suas três intervenções, saudou a aula pública, como parte de um movimento internacional de solidariedade ao povo palestino. Constatou o fracasso da tentativa da mídia imperialista de tornar Israel uma vítima. Caracterizou o Estado de Israel como um Estado artificial criado pelo imperialismo como um enclave para manter seus interesses no Oriente Médio. Não está colocado um movimento nacionalista burguês palestino que consiga fazer frente ao Estado Sionista. E que só há uma solução para o fim do genocídio: a destruição revolucionária do Estado de Israel. Que será alcançado numa luta anti-imperialista que expulse do Oriente Médio o imperialismo norte-americano e europeu, sob a estratégia da Revolução Proletária, por uma República Socialista da Palestina, como parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Concluiu que nós aqui na América Latina temos o papel de se solidarizar e construir a luta anti-imperialista em nossos países, que passa por um movimento por um programa próprio de reivindicações e os métodos da luta de classes.

Argentina Diante da vitória de Milei

1. Milei ganhou a eleição com 14,5 milhões de votos, 3 milhões a mais que Massa. Conseguiu captar os votos do Juntos por el Cambio e de Schiaretti.

2. Sua política é de total submissão ao capital financeiro, alinhada com os EUA e Israel, e promete fazer um ajuste profundo para cumprir o programa do FMI. Ele se aliou a Victoria Villaruel, sua vice-presidente, que defende abertamente a ditadura militar e os genocidas. Portanto, ele é um inimigo da nação e dos trabalhadores. 40 anos após o fim da ditadura, assumirá um governo que o reivindica abertamente.

3. O fato de Milei ter conseguido vencer as eleições exige um profundo balanço do papel do peronismo, dos partidos políticos, do Congresso, da democracia burguesa. Milei é um produto desse regime político, esgotado até o cansaço e não um enviado do céu. A maioria, incluindo boa parte dos que votaram em Massa, está farta de tanta mentira, de tanta cobardia, de submissão e de entrega, que destruiu salários e aposentadorias, com uma inflação que ultrapassa os 140% ao ano, e a precariedade das condições de vida e de trabalho, permitindo o saque do país por um punhado de empresas.

4. No voto em Milei há um forte conteúdo antiperonista, sobretudo da base eleitoral do que foi Juntos por el Cambio, mas também o voto da juventude sem futuro, dos trabalhadores desprotegidos, também fartos das burocracias sindicais que traem as negociações coletivas, que sufocam as lutas e que garantiram a governabilidade de Alberto Fernández e antes a de Macri. Nelas, acendeu a bandeira da “mudança” sem se importar com o conteúdo. Iludindo-se que não podemos estar piores do que agora, e que temos que experimentar o novo.

O peronismo não pôde alcançar as votações anteriores. Os esforços dos últimos meses não conseguiram reverter a frustração das ilusões que geraram em 2019. Uma nova derrota política. O

peronismo está quebrado, aqueles que vieram nos proteger do “fascismo” renunciaram, sumiram de novo (como Casildo Hererra, como Kirchner).

5. A diretriz geral de Milei é um contundente ajuste contra as massas, que deve ser expressa no orçamento de 2024; promover uma forte desvalorização e tender à unificação dos mercados cambiais, o que terá um impacto imediato nos preços; liberalização de preços e tarifas; eliminar controles e regulamentações que possam afetar os capitalistas. Essas políticas já foram implementadas, nós já as conhecemos. Não é uma mudança de modelo, é levar à fundo o modelo de submissão e entrega que é aplicado há 50 anos. Para isso, precisa estabelecer um regime de ditadura civil. O livre mercado de Milei não existe, existem mercados altamente centralizados e monopolizados. Sua liberdade é liberdade para os monopólios e grupos mais poderosos.

6. O levante popular de 2001 que se caracterizou pela bandeira do “que se vão todos” foi desviado, foi bloqueado, para preservar o Estado, para preservar as conquistas do grande capital contra a Nação e os trabalhadores. Foi possível porque a classe operária não conseguiu resolver sua crise de direção. Não pôde transformar aquele levante numa revolução social que acabasse de uma vez e pela raiz com as causas do desemprego, da pobreza e a entrega. As reformas neoliberais da ditadura e de Menem foram preservadas. Hoje, Milei defende essa política e promete executá-la em profundidade.

7. Alertamos aos trabalhadores e à juventude para se prepararem desde as bases a lutarem por derrotar essa política o mais rapidamente possível. É fundamental conquistar a independência política e organizacional da burguesia, de seus partidos e de suas instituições.

• A partir de hoje temos que controlar o abastecimento e os preços. Um mês sem governo pode ser uma catástrofe.

- A classe operária tem que romper com esses 4 anos de letargia e conciliação, e se colocar à frente da resistência, defendendo salários e aposentadorias. Será preciso passar por cima das direções que contribuíram a que Milei pudesse ser presidente

- Rejeitamos a privatização de empresas estatais, rejeitamos o retorno ao sistema AFJP.

- Preparar já a frente única para a luta, em defesa das liberdades democráticas e das condições de vida, confiando exclusivamente em nossos próprios métodos de organização e luta.

20 de novembro de 2023

Bolívia

Após os resultados eleitorais na Argentina, dizemos: NA BOLÍVIA, OS ASPIRANTES A MILEI NÃO PASSARÃO: NEM EVO, NEM ARCE, NEM MESA, NEM O FASCISTAS CAMACHO, NEM MILEI. OPERÁRIOS E CAMPONESES NO PODER!

As reações na Bolívia e na América Latina após o triunfo eleitoral de Milei na Argentina vão desde o entusiasmo transbordante, que anuncia novos tempos e o início de uma “revolução liberal” liderada pela ultradireita fascista, passando pelos cumprimentos formais forçados por razões protocolares até as denúncias apocalípticas da suposta “esquerda progressista”.

Tanto os ultradireitistas quanto os falsos socialistas do século XXI estão interessados em preservar a impostura com que se apresentam como polos extremos de uma falsa contradição entre “fascismo versus democracia”.

A verdade é que tanto Milei como Massa, na Argentina, Evo, Arce, Camacho, Añez e Mesa, na Bolívia, assim como Lula e Bolsonaro, no Brasil, ou Boric, no Chile, ou Petro, na Colômbia etc., são todos POLÍTICOS A SERVIÇO DA BURGUESIA E DO IMPERIALISMO. Variantes, maiores ou menores, são defensores da grande propriedade capitalista, todos estão convencidos de que o desenvolvimento de seus países não pode ser concebido sem a colaboração e associação com o capital financeiro imperialista (multinacionais). As divergências entre eles ocorrem no âmbito da política burguesa sobre quanto de mercado deve existir em detrimento da intervenção do Estado burguês na economia. Mais Estado e menos mercado, ou menos Estado e mais mercado, tudo dentro dos limites que assegurem a preservação da grande propriedade privada burguesa, é nisso que se resume a disputa entre os falsos socialistas do século XXI, que são na realidade a nova direita, com os velhos e novos políticos da direita e da ultradireita tradicional, ultraliberais disfarçados de “libertários”.

Buscando enganar os incautos, na Bolívia, Camacho e Mesa falsificam os fatos da maneira mais cínica quando dizem que o MAS é “um governo socialista”, que, aos olhos do cidadão comum, se choca com a realidade desde que o governo do MAS provou, proclamando aos quatro ventos seu respeito religioso às multinacionais imperialistas, aos grandes latifundiários e à burguesia nativa que considera sua parceira. O governo do MAS, inclusive para o mais cego, é um governo que defende os interesses da burguesia, não tem nada de socialista, mais ainda, a farsa nacionalizante dos primeiros meses do governo do MAS já é coisa do passado.

Na retina dos bolivianos, está fresca a experiência do recente governo da velha direita chefiado por Añez e Murillo (hoje preso nos Estados Unidos por ligações com a corrupção e o narcotráfico), um governo além de racista, tão corrupto, inepto e vendido quanto o governo de Evo Morales.

Por sua vez, o governo (Evistas e Arcistas), através da burocracia

sindical e dos cargos públicos que ocupam, vai usar o espantoso da ameaça fascista de um Milei boliviano, na ânsia de parar e reverter o distanciamento das massas da impostura de seu “processo de mudança” que nada muda e que, pelo contrário, facilita aos empresários a aplicação de medidas antioperárias diante do silêncio cúmplice do governo supostamente revolucionário.

A Bolívia não é a Argentina, a tradição política da classe operária e das massas populares no país é distinta. Ao contrário da Argentina, na Bolívia o proletariado marcou profundamente na consciência dos oprimidos a perspectiva de sua estratégia de estabelecer seu próprio governo com base na expropriação dos grandes meios de produção, da economia planificada, do monopólio estatal do comércio exterior etc., e o estabelecimento de um governo baseado nos órgãos de poder das massas (assembleias populares), que será democracia para as grandes majorias e ditadura contra a minoria burguesa. Isso, na Bolívia, não foi uma mera declaração. As massas operárias lutaram para tornar seu objetivo histórico uma realidade e, embora não tenha sido alcançado, marcou a tradição política no país. Não por acaso, na época, um famoso político burguês se lamentava dizendo: “A Bolívia é um país trotskizado”.

Nesse contexto, podemos antecipar que, se algum inadvertido acredita que chegou a sua hora de se proclamar o “Milei boliviano” e pensa que será capaz de replicar o feito do argentino, está fadado ao fracasso, ainda mais quando o esgotamento político de todos os partidos burgueses, incluindo o MAS, se torna cada vez mais evidente. Nenhum deles têm nada de novo a oferecer. Todas as receitas neoliberais, neokeynesianas etc., já foram experimentadas na Bolívia, e sabemos que são formas diferentes pelas quais a classe dominante e o imperialismo passam a conta da crise para os trabalhadores e os explorados do campo e da cidade, que pagam com maiores cotas de fome, miséria e desemprego, o enriquecimento do grande capital nacional e multinacional.

CHEGA DE ASPIRANTES A MILEI, NÃO HÁ POLÍTICOS SALVADORES

SOMENTE OS TRABALHADORES, OS CAMPONESES, AS CLASSES MÉDIAS EMPOBRECIDAS, ORGANIZADAS DE ONDE ESTAMOS, PODEMOS TOMAR NOSSO FUTURO E O DE NOSSOS FILHOS EM NOSSAS PRÓPRIAS MÃOS. LEVANTE-MOS NOSSO PRÓPRIO GOVERNO, O GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONÊS

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

América Latina e a eterna história de pilhagem dos seus recursos naturais

Em um cenário de frenética guerra comercial mundial entre os blocos hegemônicos que disputam o controle dos recursos naturais da América Latina (de um lado, Estados Unidos, Canadá, Comunidade Econômica Europeia etc., e, de outro lado, China, Rússia e outros países asiáticos), é preciso reabrir o debate sobre o que é a América Latina? Que lugar ocupa na economia mundial? E quais as consequências dos investimentos estrangeiros para o continente?

A América Latina ingressou ao emergente sistema capitalista em plena consolidação dos Estados industrializados da Europa, primeiro como mercado de mercadorias e depois como mercado de capitais, promovendo investimentos estratégicos fundamentalmente no setor primário de extração de matérias-primas, petróleo, minerais e produção agrícola. “Forjada ao calor da expansão comercial promovida no século XVI pelo capitalismo nascente, a América Latina está se desenvolvendo em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional. Colônia produtora de metais preciosos e bens exóticos, contribuiu inicialmente para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiram o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram caminho para a criação da grande indústria. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará os rumos do desenvolvimento futuro da região.”

Nessa nova divisão internacional do trabalho, estrutura-se uma rede caracterizada por uma distribuição desigual de valores e lucros entre a metrópole e suas semicolônias: “No segundo caso – transações entre nações trocando diferentes tipos de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o simples fato de umas produzirem bens que as outras não, ou não poderem fazê-lo com a mesma facilidade, permite que as primeiras contornem a lei do valor, ou seja, vendam seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência é acentuada em favor do país que lhes vende bens a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a

transferência de valor é dupla, embora não pareça necessariamente assim para a nação que transfere valor, uma vez que seus diferentes fornecedores podem todos vender ao mesmo preço, sem prejuízo do fato de que os lucros realizados são distribuídos desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre nas mãos do país com maior produtividade” (Ruy Mauro M).

Em setembro de 1977, Guillermo Lora, em seu “Projeto de Informe sobre América Latina”, caracterizou a América Latina apontando que “É indiscutível que a característica comum e diferencial do continente latino-americano reside em ser capitalista atrasado, o que significa que as tarefas democrático-burguesas fundamentais não foram plenamente resolvidas, apesar da tremenda desigualdade que se pode observar no desenvolvimento econômico dos diferentes países. A industrialização acelerada de alguns países (não mais do que três em todo o continente) ... não significa que tenham superado a persistência de formações socioeconômicas pré-capitalistas em seu território... Usamos a expressão “capitalismo atrasado” para designar países semicoloniais... Um país capitalista atrasado pressupõe uma economia combinada como concretização da economia mundial e que explica a realidade e as particularidades da semicolônia... O problema da libertação nacional (tarefa democrática não resolvida) é comum a todos os países latino-americanos, a todo o continente, e é a característica que os distingue. Em maior ou menor grau, sofrem as consequências da invasão maciça do investimento do capital financeiro oriundo das metrópoles imperialistas, que não apenas subordinam o desenvolvimento parcial dos países sujeitos a interesses forâneos ..., mas, inevitavelmente, o predomínio econômico se traduz em exploração e opressão política”.

A tarefa central do movimento operário latino-americano é encabeçar a luta de suas nações para repelir a invasão de capitais que transformam o continente num quintal da metrópole, relegando seu próprio desenvolvimento soberano em favor de interesses forâneos.

PELOS ESTADOS UNIDOS SOCIALISTAS DA AMÉRICA LATINA!!

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

R\$5

Capitalismo e destruição da natureza
Extratos Marx e Engels

Adquira com o distribuidor de Massas:

POR Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

R\$5

Lei do desenvolvimento desigual e combinado
—
Apontamentos sobre a Lei do Desenvolvimento Combinado, Guillermo Lora
—
Extratos de Trotsky, Lênin, Rosa Luxemburgo, Engels e Marx

Adquira com o distribuidor de Massas:

POR Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

Publicamos abaixo o artigo de Leon Trotsky, “Aprendam a Pensar”, considerando a importância de se distinguir a posição da nação oprimida e da nação opressora (imperialista). Essa é uma condição fundamental para se aplicar a tática revolucionária do proletariado, levando em consideração as particularidades de cada país em que a luta de classe se desenvolve. Traz lições educativas para a formação de quadros revolucionários, e fortalecimento do partido marxista-leninista-trotskista.

Aprendam a Pensar¹

Uma sugestão amigável a alguns ultra-esquerdistas

22 de maio de 1938

¹ *Aprenda a pensar. Nova Internacional, julho de 1938.*

Certos fraseólogos profissionais de ultraesquerda tentam a todo custo “corrigir” as teses do secretariado da Quarta Internacional sobre a guerra, de acordo com seus próprios preconceitos ossificados. Atacam principalmente a parte da tese que afirma que, em todos os países imperialistas, o partido revolucionário, embora permaneça em oposição irreconciliável ao seu próprio governo em tempo de guerra, deve, no entanto, moldar sua política prática em cada país de acordo com a situação interna e aos agrupamentos internacionais, diferenciando claramente um Estado operário de um burguês, um país colonial de um país imperialista.

“O proletariado de um país capitalista em aliança com a URSS ² [afirmam as teses] deve manter totalmente sua hostilidade irreconciliável contra o governo do seu próprio país. Neste sentido, a sua política não difere da do proletariado de um país que luta contra a URSS. Mas, na natureza das ações práticas, diferenças consideráveis podem surgir dependendo da situação concreta da guerra.” [A Guerra e a Quarta Internacional em Escritos 1933-34].

Os ultra-esquerdistas consideram este postulado, cuja correção foi confirmada por todo o curso dos acontecimentos, como o ponto de partida ... do social patriotismo.³ Como a atitude em relação aos governos imperialistas deve ser “a mesma” em todos os países, esses estrategistas apagam qualquer distinção além das fronteiras do seu próprio país imperialista. Teoricamente, seu erro decorre de tentar construir, fundamentalmente, diferentes bases para políticas em tempos de guerra e em tempos de paz.

Suponhamos que amanhã irrompa uma rebelião na colônia francesa da Argélia sob a bandeira da independência nacional, e que o governo italiano, motivado pelos seus próprios interesses imperialistas, se prepare para enviar armas aos rebeldes. Qual deve ser a atitude dos operários italianos neste caso? Tomei intencionalmente um exemplo de rebelião contra um imperialismo democrático com a intervenção em favor dos rebeldes por parte de um imperialismo fascista. Deveriam os operários italianos evitar o envio de armas para os argelinos? Deixemos que os ultra-esquerdistas ousem responder afirmativamente a essa pergunta. Qualquer revolucionário, junto com os operários italianos e os rebeldes argelinos, repudiaria tal resposta com indignação. Ainda que ao mesmo tempo uma greve geral marítima eclodisse na Itália fascista, os grevistas deveriam abrir uma exceção para os navios que transportam ajuda aos escravos coloniais em rebelião; caso con-

trário, não passariam de abjetos sindicalistas, não revolucionários proletários.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores marítimos da França, mesmo que não enfrentem nenhuma greve, são obrigados a envidar todos os esforços para bloquear o envio de munições destinadas a serem usadas contra os rebeldes. Só essa política por parte dos trabalhadores italianos e franceses constitui a política do internacionalismo revolucionário.

No entanto, isso não significa que os trabalhadores italianos estão moderando sua luta, neste caso, contra o regime fascista? Nem um pouco. O fascismo dá “ajuda” aos argelinos apenas para enfraquecer seu inimigo, a França, e estender sua mão voraz sobre suas colônias. Os operários revolucionários italianos nunca se esquecem disso em momento algum. Eles pedem aos argelinos para não confiarem em seu traidor “aliado” e, ao mesmo tempo, continuam sua própria luta irreconciliável contra o fascismo, “o principal inimigo em seu próprio país”. Só assim poderão ganhar a confiança dos rebeldes, ajudar a rebelião e fortalecer a sua própria posição revolucionária.

Se isso é correto em tempos de paz, por que deveria ser falso em tempos de guerra? Todo mundo conhece o postulado do famoso teórico militar alemão, Clausewitz, de que a guerra é a continuação da política por outros meios. Este pensamento profundo leva naturalmente à conclusão de que a luta contra a guerra nada mais é do que a continuação da luta geral do proletariado em tempos de paz. O proletariado rejeita e sabota todos os atos e medidas do governo burguês em tempos de paz? Mesmo durante uma greve em toda a cidade, os operários tomam medidas para garantir que os alimentos sejam enviados para seus próprios distritos, garantir que tenham água, que os hospitais não sofram e assim por diante. Tais medidas não são ditadas pelo oportunismo em relação à burguesia, mas dizem respeito aos interesses da própria greve, à simpatia das massas submersas da cidade etc. Essas regras elementares da estratégia proletária em tempo de paz também mantêm sua vigência em tempos de guerra.

Uma atitude irreconciliável contra o militarismo burguês nunca significa que o proletariado, em todos os casos, entre em luta contra seu próprio exército “nacional”. Ora, os operários não molestariam os soldados que estivessem apagando um incêndio ou resgatando pessoas afogadas durante uma enchente; pelo con-

² Podemos deixar de lado aqui a questão do caráter de classe da URSS. Interessa-nos a questão de uma política em relação aos Estados operários em geral ou a um país colonial que luta pela sua independência. No que diz respeito à natureza de classe da URSS, recomendamos, aliás, aos ultra-esquerdistas que se olhem no espelho do livro de A. Ciliga. *In the Country of the big lie*. [Na Terra da Grande Mentira.] O autor ultra esquerdista, longe de qualquer escola marxista, desenvolve sua ideia até o fim, isto é, à abstração anarcoliberal [Nota de León Trotsky].

³ A Sra. Simone Weil escreveu inclusive que nossa posição é a mesma de Plekhanov em 1914-1918. É claro que Simone Weil tem o direito de não entender nada. Mas não precisa abusar desse direito. [Nota de Leon Trotsky] *Simone Weil* (1909-1943): intelectual radical francesa que se converteu ao misticismo e ao catolicismo antes de morrer voluntariamente de fome durante a Segunda Guerra Mundial na Inglaterra. *Georgi Plekhanov* (1856-1918): Fundador do marxismo russo, foi líder da facção menchevique em 1903. Quando a Primeira Guerra Mundial eclodiu em 1914, ele apoiou o governo czarista e mais tarde se opôs à Revolução de Outubro.

trário, ajudariam ombro a ombro os soldados e confraternizariam com eles. E o problema não é exclusivo para casos de calamidades naturais. Se os fascistas franceses tentassem hoje um golpe de Estado e o governo Daladier fosse forçado a mobilizar suas tropas contra os fascistas, os operários revolucionários, mantendo sua completa independência política, lutariam contra os fascistas lado a lado com essas tropas. Assim, em muitos casos, os operários são forçados não apenas a permitir e tolerar, mas a apoiar ativamente as medidas práticas do governo burguês.

Em noventa por cento dos casos, os trabalhadores realmente colocam um sinal de menos onde a burguesia coloca mais. No entanto, nos outros dez por cento, eles são forçados a colocar o mesmo sinal que a burguesia, mas com sua própria marca, expressando assim sua desconfiança em relação a ele. A política do proletariado não decorre automaticamente, de modo algum, da política da burguesia, colocando apenas o sinal oposto (isso faria de todo sectário um estrategista magistral). Não, o partido revolucionário deve sempre orientar-se de forma independente na situação interna e externa, chegando às conclusões que melhor correspondam aos interesses do proletariado. Esta regra aplica-se tanto ao período de guerra quanto ao período de paz.

Imaginemos que na próxima guerra europeia o proletariado belga conquista o poder antes que o proletariado francês. Sem dúvida, Hitler tentará esmagar o proletariado belga. Para cobrir seu próprio flanco, o governo burguês da França pode ser forçado a ajudar com armas o governo operário belga. É claro que os soviets belgas pegarão essas armas com as duas mãos. Mas, agindo com base no princípio do derrotismo, os trabalhadores franceses deveriam bloquear o envio de armas de seu próprio governo para o proletariado belga? Só os acabados traidores ou completos idiotas podem raciocinar assim.

A burguesia francesa enviaria armas ao proletariado belga apenas por medo de maior perigo militar e na esperança de mais tarde esmagar a revolução proletária com suas próprias armas. Para os operários franceses, pelo contrário, o proletariado belga é o maior apoio na luta contra sua própria burguesia. O resultado da luta decidirá, em última análise, a correlação de forças dentro da qual as políticas corretas entram como um fator muito importante. A primeira tarefa do partido revolucionário é usar a contradição entre dois países imperialistas, França e Alemanha, para salvar o proletariado belga.

Os escolásticos ultra-esquerdistas não pensam em termos concretos, mas em abstrações vazias. A ideia de derrotismo foi transformada num vazio semelhante. Eles não conseguem ver claramente nem o processo de guerra nem o processo de revolução. Eles estão procurando uma fórmula hermeticamente fechada que exclui o ar fresco. Mas tal fórmula não pode oferecer qualquer orientação à vanguarda do proletariado.

Levar a luta de classes à sua forma mais elevada – a guerra civil – é tarefa do derrotismo. Mas essa tarefa só pode ser resolvida por meio da mobilização revolucionária das massas, isto é, ampliando, aprofundando e aguçando os métodos revolucionários que constituem o conteúdo da luta de classes em “tempos de paz”. O partido do proletariado não recorre a métodos artificiais como queimar armazéns, plantar bombas, destruir trens etc., para conseguir a derrota de seu próprio governo. Mesmo que fosse bem-sucedida nesse caminho, a derrota militar não levaria de forma alguma ao

sucesso revolucionário, sucesso que só pode ser garantido pelo movimento independente do proletariado. O derrotismo revolucionário significa apenas que na luta de classes o partido proletário não se detém diante de nenhuma consideração “patriótica”, porque a derrota de seu próprio governo imperialista, provocada ou acelerada pelo movimento revolucionário de massas, é um mal incomparavelmente menor do que a vitória alcançada ao preço da unidade nacional, ou seja, pela prostração política do proletariado. Este é o sentido pleno do derrotismo, e esse significado é inteiramente suficiente.

É claro que os métodos de luta mudam quando ela entra abertamente na fase revolucionária. A guerra civil é uma guerra e, neste aspecto, tem as suas próprias leis particulares. Numa guerra civil, bombardear armazéns, destruir trens e todas as formas de “sabotagem” militar são inevitáveis. Sua conveniência é decidida exclusivamente por considerações militares; a guerra civil continua a política revolucionária, mas por outros meios, precisamente os militares.

No entanto, durante uma guerra imperialista, pode haver casos em que o partido revolucionário seja forçado a recorrer a métodos técnico-militares, mesmo que eles ainda não sejam uma continuação direta do movimento revolucionário em seu próprio país. Quer se trate de enviar armas ou tropas contra um governo operário ou de uma rebelião colonial, não só os métodos de boicote e greve, mas também a sabotagem militar direta podem tornar-se práticos e obrigatórios. O recurso ou não a tais medidas dependerá de possibilidades práticas. Se os operários belgas, ao tomarem o poder em tempo de guerra, tiverem os seus próprios agentes militares em solo alemão, será seu dever não hesitar perante quaisquer meios técnicos para deter as tropas de Hitler. É absolutamente claro que os operários revolucionários alemães também são obrigados (se puderem) a realizar tarefas para a revolução belga, independentemente do curso geral do movimento revolucionário na própria Alemanha.

A política do derrotismo, isto é, a política da luta de classes inconciliável em tempos de guerra, não pode, portanto, ser a “mesma” em todos os países, assim como a política do proletariado não pode ser a mesma em tempos de paz. Somente o Comintern dos epígonos estabeleceu um sistema em que os partidos de todos os países iniciam a marcha simultaneamente com o pé esquerdo. Na luta contra este cretinismo burocrático, tentei provar mais de uma vez que os princípios e tarefas gerais devem ser realizados em cada país de acordo com as condições internas e externas. Este princípio também mantém toda a sua força em tempos de guerra.

Aqueles ultra-esquerdistas que não querem pensar como marxistas – pois é disto que se trata – serão surpreendidos pela guerra. A sua política em tempo de guerra será a consumação fatal da sua política em tempo de paz. O primeiro tiro de artilharia, ou manda os ultraesquerdistas para a inexistência política ou os levará para o campo do socialpatriotismo, assim como os anarquistas espanhóis, aqueles absolutos “negadores” do Estado, que pelas mesmas razões se tornaram ministros burgueses quando a guerra chegou. Para podermos levar a cabo uma política correcta em tempos de guerra, temos de aprender a pensar correctamente em tempos de paz.

(Extraído da Obra Escritos, Leon Trotsky, tomo IX, 1937-1938, Vol. 2, Editorial Pluma)

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

O POR iniciou no Jornal Massas 690 a publicação do folheto “A Guerra e a Internacional”, redigido por Trotsky, em outubro de 1914. Consta nesse número do Massas o prefácio do autor. A partir do jornal Massas 693, iniciamos a publicação dos capítulos. Agora, publicamos o capítulo XI “A época revolucionária”. Esse capítulo tem particular importância porque trata da paz sem anexação do ponto de vista do proletariado.

O objetivo de apresentar documentos históricos dessa natureza corresponde à crise mundial do capitalismo e à guerra na Ucrânia. O Partido Operário Revolucionário tem feito o máximo esforço por expressar e fundamentar a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra, que somente será resolvida por meio da luta do proletariado europeu e mundial. As posições do CERQUI têm exigido a fundamentação marxista do caráter da guerra e da questão da autodeterminação das nações oprimidas. As formulações programáticas de Lênin e Trotsky são a fonte que recorreremos por sua justeza teórica e pela comprovação prática da revolução proletária de 1917 na Rússia.



CAPÍTULO XI A ÉPOCA REVOLUCIONÁRIA

No final do século passado, surgiu na Alemanha uma acalorada controvérsia sobre a seguinte questão: qual o efeito da industrialização de um país sobre seu poderio militar? Os políticos agrários e os escritores reacionários, como Sehring, Karl Ballod e Georg Hansen

argumentaram que o rápido aumento da população das cidades em detrimento dos distritos rurais minava a base do poder militar do Império, e eles, logicamente, tiraram conclusões patrióticas em favor do protecionismo agrário. Por outro lado, Lujo Brentano e sua escola defendiam um ponto de vista exatamente oposto. Eles apontavam que a industrialização criava recursos financeiros e técnicos, e desenvolvia no proletariado a força vital capaz de fazer uso efetivo de todos os novos meios de defesa e ataque. Brentano tirava lições da guerra de 1870-1871: “Os regimentos do distrito predominantemente industrial da Westfália foram os melhores”. E ele explicava esse fato muito corretamente pela capacidade muito maior do operário industrial de se orientar em novas condições e de se ajustar a elas.

Agora, quem tinha razão? A guerra prova que a Alemanha, que fez os maiores progressos na esfera do capitalismo, foi capaz de desenvolver o mais alto poder militar. Da mesma forma, em todas as nações beligerantes, o proletariado demonstra uma energia colossal e eficaz nas atividades bélicas. Não é o heroísmo passivo de horda das massas camponesas, unidas pela submissão fatalista e pela superstição religiosa. Pelo contrário, é o espírito de sacrifício individualizado, nascido do impulso interior, que marcha sob um ideal. Infelizmente, hoje o proletariado combate sob a bandeira de um nacionalismo belicoso, inimigo mortal de seus verdadeiros interesses. A classe governante mostrou-se forte o suficiente para impor suas aspirações ao proletariado, e este, consciente do que estava fazendo, colocou sua inteligência, seu entusiasmo e sua coragem a serviço de seus inimigos de classe. Este fato marca a terrível derrota do socialismo. Mas também se descobre nele as possibilidades para uma vitória final do socialismo. Não há dúvida de que uma classe capaz de mostrar tanta firmeza e abnegação em uma guerra que considera “justa” será ainda mais capaz de desenvolver essas qualidades quando a marcha dos acontecimentos lhe der tarefas realmente dignas da missão histórica desta classe.

A época da tomada de consciência, da instrução e organização da classe operária revelou que ela possui enormes recursos de energia revolucionária que não encontraram emprego adequado na luta diária. A social-democracia convocou as camadas superiores do proletariado para o combate, mas também refreou sua energia revolucionária adotando táticas retardatárias, a estratégia de deixar o adversário se esgotar.¹ O caráter desse período foi tão monótono e reacionário que não permitiu à socialdemocracia a oportunidade de dar ao proletariado tarefas que exigissem todo o seu espírito de sacrifício. O im-

perialismo hoje lhes dá tais tarefas e este alcançou seu objetivo empurrando o proletariado para uma posição de “defesa nacional”, o que, para os operários, significava a defesa de tudo que eles criaram com suas mãos. Não apenas a imensa riqueza da nação, mas também suas próprias organizações e tudo o que conquistaram em lutas incessantes e esgotadoras ao longo de várias décadas. O imperialismo destruiu violentamente o equilíbrio vigente, demolindo as comportas construídas pela socialdemocracia para regular a corrente de energia revolucionária do proletariado e conduziu esta corrente para o seu próprio campo.

Mas esta experiência histórica colossal, que de um só golpe derubou a Internacional, esconde um perigo mortal para a própria sociedade burguesa. O martelo é arrancado das mãos do operário e um fuzil é colocado em suas mãos. E o operário, amarrado de pés e mãos pela maquinaria do sistema capitalista, é repentinamente arrancado de seu ambiente habitual e ensinado a colocar os objetivos da sociedade acima da felicidade em casa e até mesmo da própria vida. Com a arma que ele mesmo fabricou, o operário é colocado numa posição em que o destino político do Estado depende diretamente dele. Aqueles que o exploraram e desprezaram em tempos normais, agora o bajulam servilmente. Ao mesmo tempo, ele entra em contato direto com o canhão, que Lassalle considerava ser um dos ingredientes mais importantes de todas as constituições.² Ele cruza a fronteira, participa de requisições e ajuda na transferência de cidades de uma parte para outra. Mudanças estão ocorrendo como a geração atual nunca viu antes. Mesmo que a vanguarda da classe operária soubesse que a força é a mãe do direito, ainda assim seu pensamento político estava completamente permeado pelo espírito do possibilismo, da adaptação ao legalismo burguês. Agora, eles estão aprendendo com os ensinamentos dos fatos a desprezar esse legalismo e destruí-lo. Agora, as forças dinâmicas estão substituindo as forças estáticas em sua psicologia. Aprende que se não se pode contornar um obstáculo, é possível destruí-lo. Quase toda a população masculina adulta está passando por esta terrível escola de guerra que está formando um novo tipo humano. Por cima das normas burguesas, de suas leis, de sua moral, de sua religião se ergue o punho férreo da necessidade. “A necessidade não conhece leis”, disse o chanceler alemão em 4 de agosto. Os monarcas se exibem em lugares públicos e com linguagem vulgar repreendem-se mutuamente pela responsabilidade da guerra; os governos repudiam suas obrigações solenemente reconhecidas; e o clero renega do seu deus crucificando-o no altar do militarismo. Não está claro que todas essas circunstâncias devem provocar uma mudança profunda na psicologia da classe operária, curando-a da hipnose sobre o respeito à legalidade, que foi a expressão de um período de estancamento político?

As classes possuidoras, para seu horror, logo terão de reconhecer essa mudança. Uma classe operária que passou pela escola da guerra sentirá a necessidade de usar a linguagem enérgica da força assim que o primeiro obstáculo sério se deparar com ela dentro de seu próprio país. “A necessidade não conhece lei”, gritarão os trabalhadores quando se tentar retê-los sob o comando da lei burguesa. E a terrível pobreza que prevalece durante esta guerra e continuará após o fim

1 Kautsky a denominou “estratégia do desgaste”, termo tomado do historiador militar Hans Delbrück, no debate sobre a greve geral de 1910-1911 com Rosa Luxemburgo (a quem atribuía uma “estratégia de derrocamento”).

2 Lassalle fez sua famosa análise da essência das constituições em um discurso para uma audiência em Berlim em 16 de abril de 1862.

das hostilidades, levando às massas a transgredirem mais de uma lei burguesa. O esgotamento econômico geral na Europa afetará o proletariado da maneira mais imediata e severa. Os recursos materiais do Estado serão esgotados pela guerra e a possibilidade de satisfazer as demandas das massas trabalhadoras será muito limitada.

Por outro lado, a guerra com seus exércitos de milhões e suas armas de destruição diabólicas pode esgotar não apenas os recursos da sociedade, mas também as forças morais do proletariado. Se não encontrar resistência interna, esta guerra pode durar vários anos mais, com êxitos provisórios de um ou outro bando, até que os principais beligerantes estejam completamente exaustos. Toda a energia combativa do proletariado pode extinguir-se nesta horrível obra de aniquilação mútua. O resultado será o retrocesso de nossa civilização por muitas décadas. Uma paz que não surja da vontade dos povos em guerra, mas do esgotamento mútuo dos beligerantes, será uma paz como que pôs fim à Guerra dos Bálcãs; uma paz de Bucareste estendida a toda a Europa. Seu único resultado seria o de remendar as mesmas contradições, os mesmos antagonismos e as mesmas fontes de conflito. A obra socialista de duas gerações de socialistas se afogaria num mar de sangue sem deixar rastros.

Qual das duas perspectivas é a mais provável? Isso não pode ser determinado teoricamente a priori. A solução depende inteiramente da atividade das forças vitais da sociedade e, principalmente, da social-democracia revolucionária.

“Cessação imediata da guerra” é a palavra de ordem sob a qual a socialdemocracia pode reagrupar suas fileiras dispersas, tanto dentro dos partidos nacionais como em toda a Internacional. O proletariado não pode fazer depender a sua vontade de paz das considerações estratégicas dos estados-maiores. Pelo contrário, deve opor seu desejo de paz a essas considerações militares. O que os governos em guerra chamam de luta pela autopreservação nacional é, na realidade, uma mútua aniquilação nacional. A única autodefesa nacional autêntica consiste agora na luta pela paz. Para nós, não se trata apenas de uma luta para salvar o patrimônio cultural e material da humanidade; mas, acima de tudo, para conservar a energia revolucionária do proletariado. Reagrupar as fileiras da classe operária numa luta pela paz significa colocar as forças do socialismo revolucionário frente a frente com o imperialismo. As condições nas quais a paz deve ser concluída – a paz dos povos, e não a reconciliação dos diplomatas – devem ser as mesmas para toda a Internacional.

Nenhuma anexação!

Nenhuma indenização

Direito à autodeterminação para todas as nações!

Pelos Estados Unidos da Europa ... sem monarquias, sem exércitos permanentes, sem castas feudais governantes, sem diplomacia secreta!

A agitação pela paz, que deve ser conduzida simultaneamente com todos os meios agora à disposição da social-democracia, não apenas arrancará os trabalhadores de sua hipnose nacionalista, senão também facilitará o trabalho necessário de depuração interna dos partidos operários oficiais. Há que jogar para o campo inimigo aos revisionistas e aos socialistas-patriotas da Segunda Internacional, que têm explorado a influência que o socialismo adquiriu entre as massas trabalhadoras para objetivos militaristas. A social-democracia revolucionária não deve temer ficar isolada. Pelo contrário! A Guerra está fazendo uma terrível agitação contra si mesma. Se nossa bandeira é o estandarte honesto da paz e a democracia, cada dia trará novas massas que se agruparão sob ela. Com a bandeira da paz isolaremos à reação militarista na Europa e a obrigaremos a passar à defensiva.

Nós, marxistas revolucionários, não temos nenhum motivo para desespero. A época em que estamos entrando agora será a nossa época. O marxismo não está derrotado. Pelo contrário, embora o rugido dos canhões em todos os campos de batalha da Europa significou a bancarrota das organizações históricas do proletariado, também proclama a vitória teórica do marxismo. O que resta agora das esperanças de um desenvolvimento “pacífico”, da mitigação dos contrastes

de classe, do trânsito gradual para o socialismo? Os reformistas, que esperavam resolver a questão social por meio de tratados tarifários, ligas de consumidores e cooperação parlamentar da socialdemocracia com os partidos burgueses, agora depositam suas esperanças na vitória das armas “nacionais”. Esperam que as classes possuidoras demonstrem maior disposição para atender às necessidades do proletariado porque este último provou seu patriotismo. Esta expectativa seria absolutamente tola se não escondesse outra esperança, muito menos “idealista”: a de que uma vitória militar criaria para a burguesia um campo imperialista mais amplo para enriquecer à custa da burguesia de outros países, e permitir-lhe partilhar parte do butim com o seu próprio proletariado à custa do proletariado de outros países. O reformismo socialista realmente se transformou em imperialismo socialista. Diante dos nossos próprios olhos ocorre a desastrosa liquidação das esperanças de um prospero bem-estar do proletário mundial. Para escapar deste beco sem saída, os reformistas tiveram de recorrer à violência, contradizendo sua própria doutrina. Mas, não à violência do povo contra as classes dominantes, senão à das classes dominantes contra outras nações.

Desde 1848, a burguesia alemã renunciou aos métodos revolucionários, deixando para a casta feudal a resolução do seu desenvolvimento burguês por métodos militares. O desenvolvimento social enfrentou o proletariado com o problema da revolução. Fugindo da revolução, os reformistas foram obrigados a passar pelo mesmo processo de decadência histórica da burguesia liberal: também deixaram para a mesma casta feudal a resolução do problema proletário mediante os métodos militares. Mas, aqui se encerra a analogia. A criação de estados nacionais resolveu o problema burguês por um longo período. As numerosas guerras coloniais após 1871 encerrou o período ampliando a arena do desenvolvimento das forças capitalistas. O período das guerras coloniais levadas a cabo pelos estados nacionais conduziu à atual guerra dos estados nacionais ... pelas colônias. Depois da partilha do mundo entre as potências capitalistas, já não restou nada, exceto tomar as colônias uns dos outros.

“É errado afirmar, como ocorre com frequência, que a nação alemã chegou demasiado tarde na luta pela economia e dominação mundiais e que o planeta já está repartido. A terra não foi dividida repetidas vezes em todas as épocas da história?”

Mas uma redivisão das colônias entre os países capitalistas não amplia a base do desenvolvimento capitalista. O ganho de um país significa a perda de outro país. Uma mitigação temporária dos conflitos de classes na Alemanha levaria a uma intensificação extrema da luta de classes na França e na Inglaterra, e vice-versa. Um fator adicional de importância decisiva é o despertar capitalista nas colônias, ao qual a guerra atual dará um poderoso impulso. A desorganização do status quo mundial afetará à da ordem colonial. As colônias perderão o seu caráter “colonial”. Seja qual for a saída do conflito, a base imperialista do capitalismo europeu não se ampliará, mas, se estreitará. A Guerra, portanto, não resolve a questão operária sobre uma base imperialista. Pelo contrário, a intensifica, colocando como alternativa ao mundo capitalista a guerra permanente ou revolução permanente. Se a Guerra “escapou do controle” da Segunda Internacional, suas consequências imediatas escaparão do controle da burguesia mundial. Nós, socialistas revolucionários, não queríamos a guerra. Mas não a tememos. Não nós afundamos no desespero perante o naufrágio da Internacional, essa velha forma varrida pela história. A época revolucionária criará formas de organização a partir dos recursos inesgotáveis do socialismo proletário, que estarão à altura das novas tarefas. A esse trabalho nos dedicaremos imediatamente, em meio ao rugido enlouquecido dos canhões, à destruição das catedrais e ao uivo patriótico dos chacais capitalistas. Manteremos nossas mentes claras em meio a essa música de morte infernal. Sentimo-nos a única força criativa do futuro. Somos muitos, mais do que parecemos. Amanhã seremos mais numerosos do que hoje. Sessenta e sete anos depois da publicação do Manifesto Comunista, milhões de homens se agruparão sob nossa bandeira, homens que não têm nada a perder a não ser suas correntes!

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

